



Atualização dos Instrumentos de Planeamento da Rede Social e do Projeto Montijo Saudável

Diagnóstico Social

Fevereiro de 2019

Índice

APRESENTAÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	3
Diagnóstico Social como instrumento de suporte à ação estratégica da “Rede Social”	3
Dinâmica recente e desafios futuros do funcionamento da Rede Social do Montijo	4
Estratégia Metodológica	5
PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO	9
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE CAPITAL HUMANO	11
Tendências Demográficas	13
População Estrangeira	17
Educação	19
Resultados Escolares	22
Habilitações Da População Ativa	25
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE EMPREGO e RENDIMENTOS	27
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE CAPITAL INCLUSIVO	39
Proteção Social Desemprego	40
Segurança Social	40
Rendimento Social de Inserção	41
Complemento Solidário para Idosos	43
Respostas Sociais	43
Segurança: Criminalidade e Situações De Risco	47
SAÚDE E DEPENDÊNCIA(S): NOVOS DESAFIOS, VULNERABILIDADES E RESPOSTAS	51
Principais Causas De Morte	53
Respostas De Saúde	54
Expressão Das Dimensões-Problema: Zoom Das Freguesias	60
Desafios Centrais Para O Desenvolvimento Social	67
Expressão Das Dimensões- Problemas No Concelho	68
PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	71
Diagnóstico Social como Elemento Estratégico para a Avaliação	71
Observatório Social e de Saúde: Princípios Funcionais e Estrutura Base	71
Sistema de Governança - Observatório Social e de Saúde	73
Centro de Recursos	73
Observatório Social e de Saúde	75



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da População Residente (2011/2017).....	13
Gráfico 2 - População residente por grupos etários (ciclos de vida) em relação ao total da população residente (2017).	14
Gráfico 3 - Índice de envelhecimento (N.º)	15
Gráfico 4 - Índice de dependência total (N.º)	15
Gráfico 5 - Índice de dependência de idosos (N.º).....	16
Gráfico 6 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) 17	
Gráfico 7 - Estabelecimentos de ensino, por natureza do estabelecimento (N.º).....	19
Gráfico 8 - Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência Ensino Básico (%)	22
Gráfico 9 - 1.º Ciclo do ensino básico.....	23
Gráfico 10 - 2.º Ciclo do ensino básico.....	23
Gráfico 11 - 3.º Ciclo do ensino básico.....	23
Gráfico 12 - Taxas de retenção e desistência Ensino Secundário (%)	23
Gráfico 13 - Taxa de Desemprego	29
Gráfico 14- Número de desempregados.....	29
Gráfico 15 - N.º de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por escalões etários	30
Gráfico 16 - N.º de desempregados inscritos nos Centros de Emprego por nível de escolaridade.....	30
Gráfico 17 - N.º de desempregados inscritos nos Centros de Emprego	31
Gráfico 18 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	35
Gráfico 19- Beneficiários de Subs. Desemprego (N.º)	40
Gráfico 20- Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	41
Gráfico 21- Tipologia de Pensões auferidas (N.º de pensionistas)	41
Gráfico 22- Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	42
Gráfico 23- N.º Beneficiárias/os RSI.....	42
Gráfico 24- N.º de Beneficiárias/os CSI:	43
Gráfico 25 - Taxa de criminalidade (‰)	48
Gráfico 26 -Grupos etários das crianças e jovens em risco.....	50
Gráfico 27 -Nacionalidade das crianças e jovens em risco	50
Gráfico 28 -Incidência territorial das sinalizações	50
Gráfico 29 - Taxa bruta de mortalidade (‰)	53
Gráfico 30 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º)	56
Gráfico 31 - Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º)	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Grupo 10: MARGINALIZAÇÃO URBANA.....	10
Tabela 2 – Evolução da população residente	13
Tabela 3 - Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência	14
Tabela 4 - Indicadores de dinâmica demográfica	16
Tabela 5- Motivos de atendimento no CLAI	17
Tabela 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º)	18
Tabela 7- Evolução da população emigrante, por nacionalidade	18
Tabela 8 - Alunos Matriculados, por Nível de Ensino, Ciclo de Estudos, Oferta de Educação e Formação e Ano Letivo ...	20
Tabela 9 - Taxas brutas de escolarização (%).....	21
Tabela 10 - Docentes em exercício de funções, por natureza do estabelecimento de ensino e ciclo de docência (N.º) ...	22
Tabela 11- Nível de instrução no concelho de Montijo em 2011 (%)	25
Tabela 12 - Estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem), 2016.....	25
Tabela 13 -Evolução dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, por sexo (2011-2018).....	31



Tabela 14 -Tempo de inscrição no centro de Emprego de Montijo	31
Tabela 15 - Estrutura de Profissões da população ativa (ISCO-08), 2016	32
Tabela 16 - Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2016	33
Tabela 17 -Ganho médio mensal e disparidades no ganho médio mensal	34
Tabela 18 -Rendimentos e poder de compra	34
Tabela 19 - Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por município, segundo o tipo de construção e a tipologia, 2017 € / m ²)	35
Tabela 20 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€).....	36
Tabela 21 - Indicadores de Habitação (€)	36
Tabela 22 - Fogos de habitação social (N.º) por Localização geográfica	37
Tabela 23 – Indicadores de Proteção social Desemprego	40
Tabela 24 -% População com 65 e mais anos beneficiária de CSI.....	43
Tabela 25 - Respostas sociais para a área da Infância e Juventude.....	44
Tabela 26 - Respostas sociais para a área da População adulta	46
Tabela 27 - Respostas sociais para a área da Família e Comunidade	47
Tabela 28 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes	48
Tabela 29 -Tipologia de situações de risco	49
Tabela 30 - Óbitos por algumas causas de morte (%).....	53
Tabela 31 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰).....	54
Tabela 32 - Recursos hospitalares, 2016.....	55
Tabela 33 - Recursos hospitalares, 2016.....	55
Tabela 34 - Médicos por algumas especialidades médicas.....	57
Tabela 35 – Tipologia de problemas de saúde mental Montijo.....	58
Tabela 36 -Caracterização das respostas sociais para Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	59
Tabela 37 - Posicionamento relativo do Montijo sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano	68
Tabela 38 - Posicionamento relativo do Montijo sobre dimensões problema relativos ao Emprego e Rendimentos.....	69
Tabela 39 - Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Capital Inclusivo.....	69
Tabela 40 - Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Saúde e Dependências	69



LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

DLD	<i>Desemprego de Longa Duração</i>
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FMC	Formações Modulares Certificadas
PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal
PO	Programa Operacional
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego



APRESENTAÇÃO

A atualização do Diagnóstico Social do Montijo corresponde à primeira componente de um novo ciclo de operacionalização do Programa Rede Social concelhio, cuja sequência lógica se materializará no Plano de Desenvolvimento Social 2018-2020 e respetivo Plano de Ação.

O presente Diagnóstico Social de Montijo foi elaborado a partir de duas preocupações fundamentais (i) recolher novos dados e interpretar dados existentes sobre a realidade social do concelho de forma analítica com vista a identificar, por esta via objetiva, áreas de intervenção prioritárias a incorporar e desenvolver no PDS; (ii) e assegurar que o tipo de informação recolhido e analisado – enquanto elementos de evidência – cumpra os requisitos necessários para integrar um processo futuro de monitorização e avaliação da estratégia implementada e sirva, ao mesmo tempo, para fundamentar candidaturas a Programas de Financiamento nas áreas e domínios identificados como prioritários.

Atendendo às preocupações e aos objetivos enunciados, o documento encontra-se estruturado em 4 grandes seções:

- ↪ **Enquadramento e Estratégia metodológica:** onde se apresentam os desafios que estão associados à atualização deste Diagnóstico Social, nomeadamente a discussão em torno da necessidade de coligir informação que seja pertinente para identificar de forma clara e objetiva áreas de intervenção prioritárias no âmbito daquilo que são os propósitos do Programa Rede Social. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Diagnóstico Social, assim como a esquematização lógica da sua arquitetura.
- ↪ **Elementos de Diagnóstico:** onde se exploram elementos de diagnóstico em cada um dos domínios de análise (Capital Humano, Emprego, Capital Inclusivo e Saúde), a partir da análise de indicadores chave que estejam atualizados a data recente e na qual os problemas surgem hierarquizados por prioridade de intervenção.
- ↪ **Monitorização e Avaliação:** é fundamentada a necessidade de se pensar os processos de monitorização e avaliação o mais precocemente possível, desde logo, a partir do Diagnóstico Social, produzindo categorias de informação em formato *indicadores de partida (Baselines)*.
- ↪ **Estrutura base do Observatório Social e de Saúde:** onde se encontra a lógica de construção do Observatório Social e de Saúde do Montijo, nomeadamente os seus objetivos e funcionalidades esperadas, notas explicativas dos campos do Observatório, assim como a base da estrutura dos indicadores a recolher (ver anexo Excel)



PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Diagnóstico Social como instrumento de suporte à ação estratégica da “Rede Social”

Os instrumentos de planeamento produzidos no âmbito do Programa Rede Social a nível local devem responder não apenas aos objetivos formais definidos normativamente, mas devem incorporar parte dos objetivos estruturantes do próprio Programa Rede Social, nomeadamente: (i) o conceito de desenvolvimento social integrado; e ii) uma matriz de planeamento integrado e sistemático.

Com efeito, os diagnósticos não devem ser meros exercícios descritivos da realidade social. Devem ser documentos analíticos capazes de sintetizar essa informação de forma muito evidente em áreas problemáticas, i.e., que constituam futuros desafios de intervenção, tendo necessariamente em vista os objetivos que regem as etapas seguintes do planeamento, nomeadamente a construção de um PDS que visa essencialmente a projeção de estratégias e medidas que respondam aos problemas identificados.

Atendendo a estes pressupostos é importante enquadrar esta atualização do Diagnóstico Social do ponto de vista conceptual e estratégico.

A *componente conceptual* prende-se com a resposta à pergunta: “Quais as dimensões do conceito de desenvolvimento social integrado que este Diagnóstico deve desenvolver no âmbito da informação a recolher?”

Atendendo ao desafio de ser um instrumento coerente com a génese e os propósitos do próprio Programa Rede Social, a atualização do Diagnóstico Social da Montijo apresenta um conjunto de dimensões problemáticas para o desenvolvimento social do concelho. Essas dimensões foram identificadas a partir de diversas fontes de informação estatística Referencial de Coesão Social¹(ISS, 2014) e foram precisamente essas que se constituíram como objeto de recolha de informação. A partir desta fonte documental e da sua base de dados foi possível recolher informação estatística relativa a um conjunto de dimensões analíticas respeitantes à problemática da pobreza e da exclusão social numa ótica territorial, indo, assim, de encontro ao desafio que o conceito de desenvolvimento social integrado comporta do ponto de vista da sua operacionalização.

Desde logo, através de uma visão combinada e integrada das questões sociais e económicas em termos territoriais. Assume-se que as questões do emprego devem ser entendidas como um dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Programar e estruturar as políticas de formação profissional e as políticas ativas de emprego para os próximos anos obriga a conhecer as dinâmicas do emprego em Montijo e a identificar previamente os desafios que podem ser criados a partir de setores económicos estratégicos. Por outro lado, é um domínio estruturante no qual se alicerçam as condições de vida da população de Montijo em várias dimensões.

O novo paradigma da Política de Coesão perspetiva novos desafios ao nível da coordenação entre os vários níveis de planeamento e conceção das intervenções locais assente numa filosofia de territorialização das políticas públicas. É nesse sentido que se fundamenta a construção deste novo ciclo de instrumentos de planeamento da Rede Social do Montijo.

Por fim, uma outra dimensão da componente estratégica do Diagnóstico Social decorre do papel decisivo que este deve assumir enquanto ferramenta central de apoio a candidaturas a projetos que venham superar/mitigar os problemas diagnosticados. Isto é, não basta produzir informação pertinente face aos objetivos do Programa, há também que produzir informação em formato adequado e que sirva de suporte aos processos administrativos inerentes a candidaturas. Concretizando esta dupla *nuance* estratégica, não obstante ter em linha de conta as dimensões de informação recolhida no âmbito de uma problemática extensa e multidimensional como é a pobreza e a exclusão social, deverá ser dada especial atenção aos conteúdos que poderão ser objeto de uma candidatura. Esta referenciação rápida constitui matéria relevante para servir de base à formulação de dossiers de candidatura em consonância com as prioridades de investimento do novo quadro de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), materializados

¹ O Referencial de Coesão Social, adjudicado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. ao IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos versa a atualização do Estudo “Tipificação das situações de Exclusão em PT Continental” (2005) usado como instrumento de definição de prioridades de intervenção em programas de base territorial e investimento em equipamentos.



nas tipologias de ação a que o município de Montijo e as Entidades Parceiras poderão concorrer, como o caso do POR Lisboa, POISE e POCH.

Dinâmica recente e desafios futuros do funcionamento da Rede Social do Montijo

A coordenação da Rede Social do Montijo é responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde da Câmara Municipal de Montijo que recentemente tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista a renovar a sua dinâmica, entre as quais a atualização dos instrumentos de planeamento, a criação de grupos de trabalho e a organização do Fórum Social.

À semelhança da larga maioria das redes nacionais, a sua dinâmica tem sido condicionada pela falta de recursos humanos afetos em exclusividade à sua animação estratégica e também aos fracos níveis de participação dos parceiros, os quais tendem a concentrar-se nas matérias e entidades diretamente ligadas ao seu âmbito de ação, o que resulta numa rede de interações pouco diversificada. A criação de grupos de trabalho pretende contrariar esta situação, através de um processo de co-responsabilização dos parceiros, mas dado tratar-se de uma experiência recente ainda não existem elementos suficientes para apreciar a eficácia desta estratégia para esse objetivo.

No conjunto de entrevistas realizadas fica bem patente que no universo de parceiros há entidades que tendem a assumir um papel mais ativo na animação estratégica da Rede Social e que esse dinamismo depende tanto da disponibilidade dos técnicos como da valorização que as lideranças das instituições atribuem à Rede Social. Contudo, de uma forma geral, consideram-se reunidas as condições de suporte para que a Rede Social do Montijo amplie a sua atuação e fortaleça a dinâmica de trabalho colaborativo entre os parceiros, uma vez que existe um sentimento global de interesse e disponibilidade para uma participação mais ativa por parte da maioria dos atores entrevistados, pelo que é fundamental que essa predisposição para a ação seja assessorada de mecanismos eficazes de animação.

Nesse sentido, destacam-se um conjunto de pontos fortes e desafios à animação estratégica da Rede Social, sinalizados no decurso das entrevistas:

Pontos fortes	Pontos fracos
• Aposta na reativação da Rede Social; • Plataforma supra-concelhia ativa, sendo veículo importante de partilha de informação técnica e de reflexão. • Existência de um projeto supramunicipal integrado no Eixo da Igualdade	• Distância geográfica entre as várias freguesias e concentração da massa crítica institucional na freguesia de Montijo e Afonsoeiro; • Fraca dinâmica associativa (tema em análise no âmbito do CLDS, que se encontra a realizar um diagnóstico de necessidades das Associações);
Oportunidades/ Desafios	Ameaças
• Fazer reconhecer a Rede Social local da importância do papel das PSC. • Atrair o setor empresarial para a participação na Rede Social	• Isolamento das freguesias rurais traduz um contexto de resistência à participação das instituições e da população-destinatários diretos das atividades da Rede Social; • Falta de técnicos afetos em exclusividade à animação estratégica da Rede Social e fraca participação das entidades parceiras do sector social e da educação, em particular.



Estratégia Metodológica

Diagnóstico Social – primeiro passo de um Modelo Lógico Integrado

A construção conceptual e metodológica deste Diagnóstico Social tem por base a adoção de um Modelo Lógico. O Modelo Lógico constitui uma ferramenta preciosa para o planeamento e avaliação de políticas, programas ou projetos. Esta descreve as ligações lógicas entre um problema ou situação específica, o projeto que lhe pretende responder e os respetivos recursos, atividades e resultados.

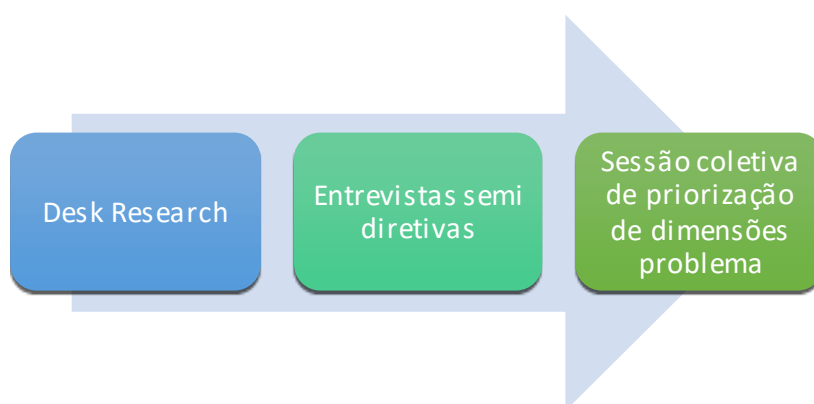
Considerando o conjunto de componentes que prefiguram um Modelo Lógico, o presente Diagnóstico Social constitui a base desse modelo. É aqui que se define a situação de partida e que se identificam os problemas a que o território/rede deseja responder. É através das situações de partida demonstráveis em termos de indicadores que se pode na fase seguinte desenhar prioridades.

Antes de se passar ao desenho e definição de soluções, é necessário consensualizar as evidências demonstradas de forma participada. Só a assunção conjunta dos problemas trará soluções e resultados partilhados. Por isso, este diagnóstico foi apresentado e validado em sessão de trabalho com um número muito alargado de elementos pertencentes à rede social do Montijo.

Considerando o Diagnóstico Social como o primeiro passo de um modelo lógico houve necessidade de produzir uma síntese diagnóstica cujos conteúdos e resultados sejam mobilizáveis na fase seguinte. Em primeiro lugar, os indicadores descritores da *dimensão problema* deverão ser adotados, sempre que possível, como *Baselines* de monitorização e avaliação de resultados quando forem pensadas as metas em função do tipo de investimento proposto em termos de planeamento estratégico e medidas de ação para cada dimensão problema identificada neste diagnóstico.

Em segundo lugar, o nível de priorização a que as dimensões problema foram sujeitas deverá implicar um olhar diferenciado em termos de intervenção estratégica, mas cruzado entre elas, pois todas se apresentam como dimensões enquadradoras do fenómeno da pobreza e da exclusão social do ponto de vista territorial. Por outro lado, existem dimensões problema que foram descompostas por sub-dimensões e cuja intensidade das mesmas para a incidência do fenómeno é diferenciada.

Nesse sentido, para além da Desk Research efetuada aos diversos documentos estratégicos do concelho, a par da análise dos principais indicadores do Sistema estatístico nacional, foi realizado pela equipa de estudo um conjunto de entrevistas semi diretivas de 1.º ciclo aos parceiros chave da Rede Social. Paralelamente, a recolha e a sistematização dos dados que compõem este Diagnóstico Social foi realizada através de uma sessão coletiva de priorização de dimensões problema, às posteriori categorizadas numa matriz GUT e com o seguinte perfil de participantes .



[illegible]

A Arquitetura do Diagnóstico Social da Montijo compreende os seguintes quatro Domínios de Análise analíticas-chave.

Dimensões-problema e indicadores associados ao domínio de análise **Capital Humano**

Dimensões-problema e indicadores associados ao domínio de análise **Emprego e Rendimentos**

Dimensões-problema e indicadores associados ao domínio de análise **Capital Inclusivo**





PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

O concelho de Montijo, do ponto de vista geográfico e administrativo, localiza-se na margem sul do Rio Tejo, pertence ao distrito de Setúbal e integra-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como na Região de Lisboa e Vale do Tejo, à qual corresponde a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e adota a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – NUTS III da Península de Setúbal.

O concelho possui uma área total de 348,4Km², sendo constituído por 8 freguesias. Territorialmente, apresenta uma delimitação administrativa rara no país, constituída por dois territórios distintos (Oeste/Ocidental e Este/Oriental), geograficamente separados (25 km). O território Oeste (ou ocidental) do concelho de Montijo, com uma superfície de 56,7 Km² é marginado pelo Estuário do Tejo (numa extensão de 22,7 Km) e confina com os concelhos de Alcochete, Moita e Palmela. Este território é constituído por 5 freguesias: Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Montijo e Sarilhos Grandes. O território Este (ou Oriental) do concelho de Montijo, com uma superfície de 291,6 Km², confina com os concelhos de Benavente, Coruche, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Palmela. Este território é constituído por 3 freguesias: Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões.

No documento *Referencial para a Coesão Social*², o Montijo integra a lista de concelhos do Grupo 7- Concelhos com forte atratividade³, no que respeita à Tipologia de Território 2014 e o Grupo10- Marginalização urbana, no que respeita à tipologia de exclusão social.

Tipologia de Território 2014	Tipologia de Exclusão Social 2014
Grupo 7- Concelhos com forte atratividade	Grupo10- Marginalização urbana

Pobreza e Exclusão Social

Grupo10- Marginalização urbana

O grupo 10: **Marginalização urbana** encontra-se mais representado nos centros urbanos mais populosos. Tipifica as características nucleares desta forma de exclusão: a presença elevada de grupos vulneráveis, num contexto de fragilidade das formas de inclusão. Destaca-se a incidência do desemprego nas camadas mais jovens, sobretudo num contexto de trabalho qualificado.

Tipifica as características nucleares da exclusão pela marginalização: a presença elevada de grupos vulneráveis num contexto de fragilidade das formas de inclusão.

Assume uma forte incidência do endividamento e encargos com habitação.

Presença de Contextos de vulnerabilidade associados à presença de imigrantes dos países pobres, de grupos de risco e, igualmente, uma forte presença dos sem-abrigo.

Compreende a maioria dos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Características do Grupo 10: Marginalização urbana

Trata-se de um grupo de 23 concelhos exclusivamente associados ao perfil de território nomeado Concelhos urbanos consolidados, embora com presença de Concelhos de forte atratividade que constituem novos centros que ganharam expressão recente na área metropolitana de Lisboa (p.e, Montijo e Alcochete).

À semelhança dos grupos 1 e 5, o grupo 10 constitui também um grupo onde as características típicas da *Exclusão pela marginalização* se apresenta nas formas mais nítidas. Este grupo tem como principais características a existência de fatores de vulnerabilidade associados a processos de marginalização urbana.

² Referencial de Coesão Social – adjudicado ao IESE pelo ISS, I.P. (Instituto da Segurança Social) - (2014)

³ O grupo de concelhos que compõe o Perfil Territorial no qual Montijo se inscreve inclui os seguintes municípios de Portugal Continental: Abrantes, Amarante, Condeixa-a-Nova, Felgueiras, Guimarães, Marco de Canaveses, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vizela.



Associado a este grupo constata-se um conjunto de territórios onde as qualificações laborais e escolares são as mais elevadas do país, acompanhadas pela estrutura de rendimentos (igualmente a mais forte).

Contudo, não podem ser menosprezadas algumas dimensões críticas que representam fatores de vulnerabilidade. Nesta lógica, destacam-se neste grupo o comportamento negativo de algumas sub-dimensões normalmente associadas a contextos urbanos:

- forte incidência do endividamento e encargos com habitação,
- vulnerabilidade associada ao género e a vulnerabilidade da população imigrante,
- elevado peso do trabalho sazonal, esporádico, temporário, e
- contextos de vulnerabilidade associados à presença da população estrangeira dos PALOP (quer da sua evolução), de grupos de risco (sobretudo, portadores de HIV) e, igualmente, uma forte presença do grupo dos sem-abrigo.

Igualmente visto como fator de vulnerabilidade, encontra-se o panorama expressivo das configurações familiares mais permeáveis a fenómenos de exclusão, como as famílias monoparentais e famílias monoparentais com várias crianças.

Ainda como destaque, é importante referir que o desemprego jovem é o mais forte de todos os grupos.

Do ponto de vista do capital inclusivo e dos fatores estruturantes de atenuação dos fenómenos de exclusão, embora se registre neste perfil uma fraca cobertura dos equipamentos sociais, muitos destes territórios têm elementos de capital inclusivo a partir das abordagens integradas territoriais de intervenção social (p.e., Contratos Locais para o Desenvolvimento Social- CLDS +, Projetos Escolhas5G e Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)).

Tabela 1 -Grupo 10: MARGINALIZAÇÃO URBANA

Comportamento das Dimensões		Concelhos do Grupo
Dimensões de exclusão		Nº concelhos: 23
Inatividade	---	Alcochete
Fraca intensidade laboral	+++	Almada
Desemprego		Aveiro
Baixos níveis de habilitações escolares	---	Barreiro
Desqualificação do trabalho	---	Cascais
Incapacidade	---	Coimbra
Rendimento	+++	Entroncamento
Prestações sociais		Évora
Poupança		Lisboa
Endividamento	+++	Maia
Encargos com habitação	+++	Marinha Grande
Condições deficitárias de habitação		Matosinhos
Isolamento		Montijo
Criminalidade		Odivelas
Autoconsumo	---	Oeiras
Grupos vulneráveis e Grupos de risco		Palmela
Vulnerabilidade associada ao género	++	Porto
Vulnerabilidade associada à composição familiar		São João da Madeira
Vulnerabilidade da população imigrante	++	Seixal
Grupos de risco		Sesimbra
Capital inclusivo		Sintra
Taxa de cobertura dos equipamentos sociais	--	Vila Franca de Xira
Dinâmica das redes sociais		Vila Nova de Gaia
Legenda +++ Elevadíssimo ++ Muito elevado + Elevado +- Médio - Baixo -- Muito baixo --- Baixíssimo		
Ranking dos concelhos mais representativos do Grupo  Matosinhos Maia Entroncamento Vila Franca de Xira Alcochete Seixal Aveiro Almada Sintra Oeiras		



**DIMENSÕES-PROBLEMA E
INDICADORES ASSOCIADOS AO
DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL HUMANO**

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Em termos populacionais o concelho do Montijo, analisando os dados dos Censos 2011 versus Censos 2001, sofreu um acréscimo total de 23,51%. Este acréscimo apresenta uma consolidação crescente na última década, onde o efetivo populacional residente no concelho de Montijo ascendia em 2017 um total de 56305 habitantes, valor que tem crescido na última década (52347 habitantes em 2011), contrabalançando com a dinâmica demográfica do continente que apresenta uma descida significativa.

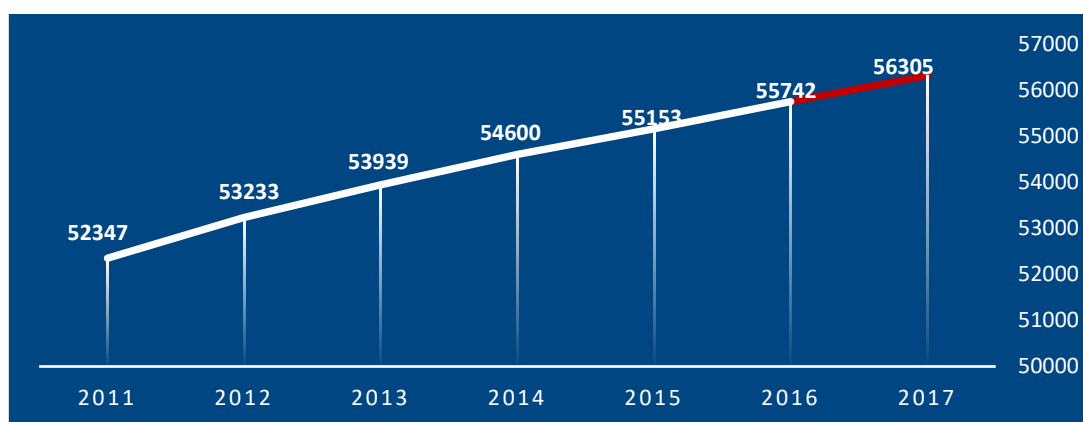
Tabela 2 – Evolução da população residente

2017	Continente	9792797
	Área Metropolitana de Lisboa	2833679
	Montijo	56305
2016	Continente	9809414
	Área Metropolitana de Lisboa	2821349
	Montijo	55742
2015	Continente	9839140
	Área Metropolitana de Lisboa	2812678
	Montijo	55153
2014	Continente	9869783
	Área Metropolitana de Lisboa	2809168
	Montijo	54600
2013	Continente	9918548
	Área Metropolitana de Lisboa	2807525
	Montijo	53939
2012	Continente	9976649
	Área Metropolitana de Lisboa	2818388
	Montijo	53233
2011	Continente	10030968
	Área Metropolitana de Lisboa	2827050
	Montijo	52347

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

O concelho do Montijo parece, pois, ser uma exceção já que, ainda que em quebra, ambos os saldos, natural e migratório, se mantêm positivos, nos últimos anos

Gráfico 1 - Evolução da População Residente (2011/2017)



FONTE: Instituto Nacional de Estatística

A desagregação da evolução registada no período 2011/2017 por componentes de crescimento (i.e. crescimento natural e migratório) revela dois factos de grande relevância para a análise desta dinâmica (Gráfico 2):



- ✓ o primeiro prende-se com a forte capacidade de auto-regeneração demográfica que deriva do crescimento natural positivo registado;
- ✓ o segundo diz respeito ao elevado potencial capacidade de captação de novos residentes e/ou de retenção local dos existentes (também influenciada por fatores externos como a possível instalação do novo aeroporto de Lisboa no concelho, a subida do preço da habitação na cidade de Lisboa, entre outros), evidenciada por um saldo positivo do crescimento migratório que acompanha a dinâmica positiva observada para a Área Metropolitana de Lisboa Médio Tejo.

Por outro lado, a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes e a superfície do município desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado) tem crescido, ultrapassando a tendência e dinâmica da densidade na Área Metropolitana de Lisboa e do continente (que registam decréscimo no mesmo período).

Tabela 3 - Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência

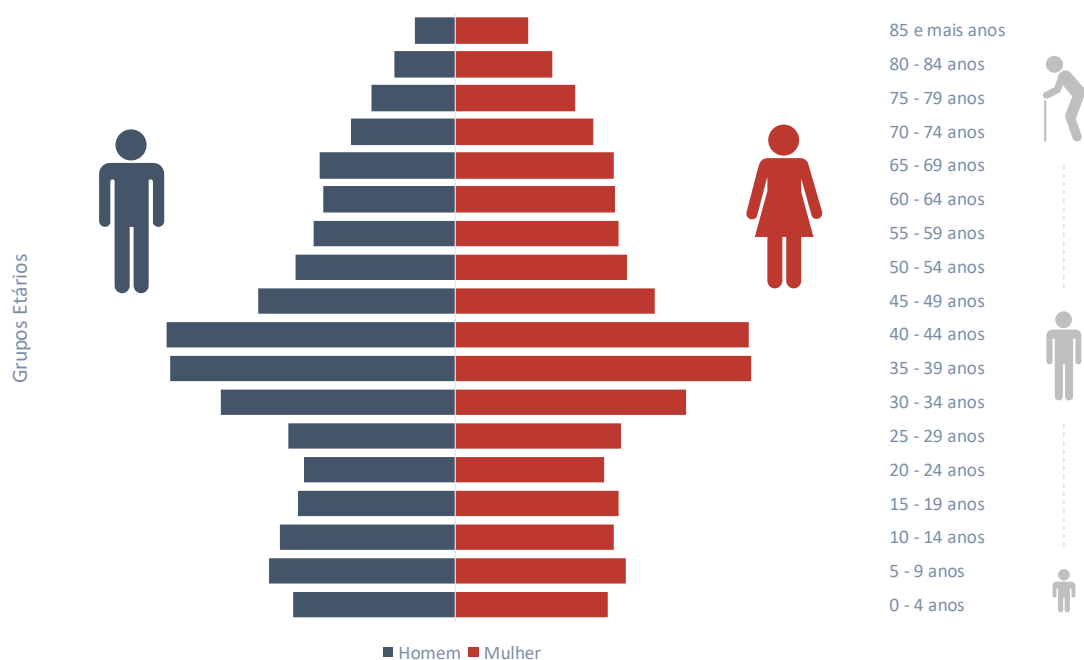
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Continente	112,6	112	111,3	110,8	110,4	110,1	109,9
Área Metropolitana de Lisboa	941,7	938,9	931,1	931,7	932,8	935,7	939,8
Montijo	150,2	152,7	154,7	156,6	158,2	159,9	161,5

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Com efeito, analisando o perfil da população pelo seu perfil etário e tendo por base o painel de indicadores-resumo calculados e as pirâmides etárias construídas (Gráfico seguinte), a magnitude assumida pelo processo de envelhecimento demográfico a nível local encontra evidência sólida no seguinte conjunto de factos:

- a população sénior (i.e. com 65 ou mais anos) não representa peso relativo na população total, assim como perante os segmentos da população em idade ativa e, de forma muito expressiva, da população jovem;
- a população em idade ativa (i.e. com 15 a 64 anos) reduziu-se em -10% e viu diminuído o seu peso relativo na população total (-2p.p.);
- a população em idade ativa sofreu um forte envelhecimento pela base, claramente associado à saída dos ativos mais jovens para outros territórios e patente na degradação drástica dos índices de juventude e de renovação da população em idade ativa (-24p.p. e -39p.p.);
- a população jovem (i.e. com menos de 15 anos) manteve o seu peso relativo na população total (13%)

Gráfico 2 - População residente por grupos etários (ciclos de vida) em relação ao total da população residente (2017).



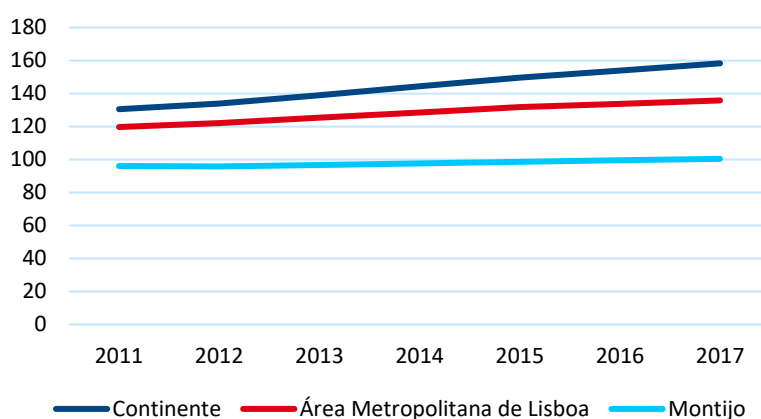
INE, Estimativas anuais da população residente



As implicações do envelhecimento são habitualmente analisadas em duas dimensões: pela base da pirâmide tem consequências sobretudo a longo prazo, nas gerações ativas futuras e no dinamismo do mercado de trabalho; enquanto o envelhecimento pelo topo se repercute a curto prazo, dependendo o seu grau da maior ou menor longevidade da população. Este fenómeno social é um dos desafios mais importantes do século XXI e obriga à reflexão sobre questões com relevância crescente como a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde e sobre o próprio modelo social vigente.

Tendo em conta as fortes tendências para um envelhecimento populacional a imigração afigura-se, na generalidade dos países europeus, e também em Portugal, uma estratégia para o rejuvenescimento da população. O concelho do Montijo apresenta indicadores bem expressivos de uma situação diferente da estrutural. Por um lado, apresenta no âmbito da Península de Setúbal, a taxa bruta de natalidade mais elevada e no que respeita à evolução do Índice de envelhecimento registado ao longo da última década, é possível notar um forte distanciamento face à AML e, sobretudo, ao Continente. Este índice foi de 97,2 bastante inferior ao que se verifica a nível regional e nacional.

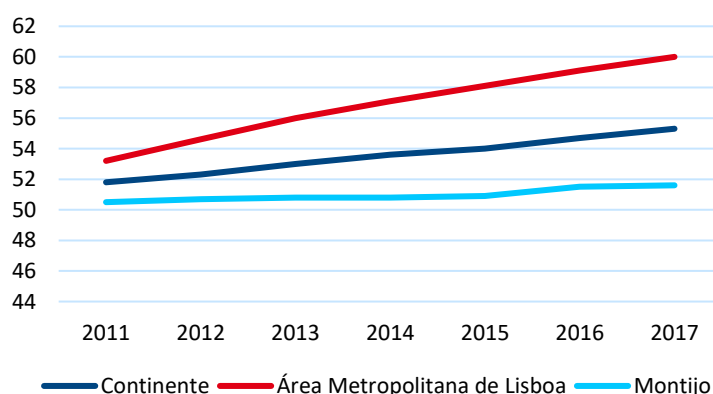
Gráfico 3 - Índice de envelhecimento (N.º)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

No que respeita ao índice de dependência (relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos), o Montijo apresenta, igualmente, uma situação mais favorável face à NUT III e ao Continente.

Gráfico 4 - Índice de dependência total (N.º)



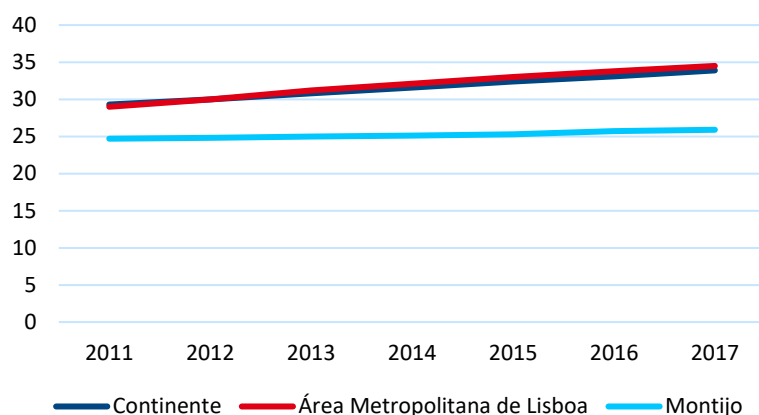
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Igual tendência é registada face ao índice de dependência de idosos que expressa a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e



o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Neste âmbito, o Montijo assume um lugar de destaque quando comparado com a AML e o Continente.

Gráfico 5 - Índice de dependência de idosos (N.º)



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Em suma, independentemente dos alertas para a existência de processos de listas de espera associados a respostas sociais para a população adulta, nomeadamente lares, a dinâmica da população não constitui uma dimensão problema assinalável pelo conjunto de atores auscultados. DE facto, existem claras evidências de uma situação favorável, como já descrito, e que pode ser sintetizada na tabela seguinte, nomeadamente na análise do posicionamento do concelho face aos restantes da NUT. Montijo, a par de Alcochete apresentam taxas positivas de crescimento efetivo e natural e a maior taxa bruta de natalidade da Região (exceção de Lisboa).

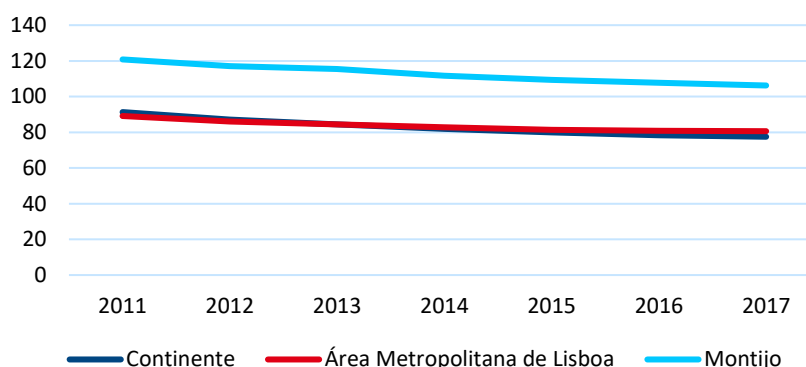
Tabela 4 - Indicadores de dinâmica demográfica

	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral
	%			‰				
Continente	- 0,17	- 0,23	0,06	8,4	10,7	3,2	2,1	37,4
A. M. Lisboa	0,44	0,07	0,37	10,3	9,6	3,1	2,1	45,6
Alcochete	1,38	0,23	1,15	9,5	7,2	6,1	2,2	36,8
Almada	- 0,11	- 0,25	0,14	9,2	11,7	3,6	2,5	41,9
Barreiro	- 0,35	- 0,33	- 0,02	8,7	12,0	3,3	2,5	41,2
Lisboa	0,22	- 0,13	0,36	11,7	13,1	5,4	1,7	62,2
Moita	- 0,23	- 0,18	- 0,06	9,4	11,1	2,3	2,6	41,5
Montijo	1,00	0,05	0,95	10,5	10,0	2,5	2,6	41,7
Palmela	0,13	- 0,18	0,31	7,9	9,7	3,8	2,6	33,3
Seixal	0,51	0,20	0,31	9,9	7,9	2,4	2,6	41,5
Sesimbra	0,61	0,06	0,55	10,1	9,6	4,4	2,7	40,5
Setúbal	- 0,56	- 0,23	- 0,32	9,2	11,6	3,3	2,7	41,6
Vila Franca de Xira	0,27	0,20	0,07	9,3	7,3	2,1	1,9	38,1

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Por outro, lado, o Índice de renovação da população em idade ativa representa a relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos. Neste caso, embora tenha perdido fulgor desde o início da década, os valores do índice no Montijo são significativamente mais favoráveis face à NUT e ao Continente.



Gráfico 6 - Índice de renovação da população em idade ativa (N.º)

Fonte: INE, Indicadores demográficos

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

O concelho tem assistido a um movimento imigratório relativamente recente, com expressão transversal nos territórios mais urbanos e rurais. Este campo de atuação conta com o protagonismo do CLAI e a orientação estratégica definida pelo Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes 2015-2017, o qual define as principais linhas de ação das políticas de acolhimento e integração de imigrantes no concelho.

Considera-se, assim, que apesar de o principal esforço de intervenção se enquadrar na esfera de atuação do CLAI, há matérias que convocam a uma ação concertada que pode ser reforçada com a mobilização de outros parceiros da Rede Social, em particular:

- partilha de informação/divulgação de respostas existentes nomeadamente por intermédio das Juntas de Freguesia;
- formação linguística dos técnicos locais que prestam assistência à população imigrante nas juntas de freguesia, com vista a superar barreiras linguísticas existentes;
- levantamento de informação sobre a realidade imigratória do concelho, nomeadamente número de pessoas e principais necessidades, para um adequado encaminhamento para os serviços e respostas existentes.

Segundo dados do CLAI, entre 2014 e 18/12/2018 realizaram-se 3501 atendimentos a 1331 cidadãos/ãs imigrantes, cujos motivos mais expressivos são, sobretudo, os processos de legalização, a renovação do título de residência, os pedidos de nacionalidade, reagrupamento familiar e questões relacionadas com saúde.

Tabela 5- Motivos de atendimento no CLAI

Motivo	2015	2016	2017	2018	Total
Apoio Alimentar	13	3	0	12	61
Educação	16	8	0	73	114
Habitação	1	1	0	1	4
Legalização	117	120	234	786	1402
Ped. Aut. Res. Permanente	4	0	5	8	18
Ped. Nacionalidade	59	51	39	54	299
Ped. Visto Curta Duração	4	4	2	7	25
Ped. Visto Residência	1	0	2	5	8
Prorrogação de Visto	4	5	15	16	49
Questões Laborais	19	10	12	18	85
Questões Patrimoniais	8	0	0	0	21
Reagrupamento Familiar	41	26	29	88	198
Pedido Equiv. Habilitações	0	0	0	3	3
Renovação Passaporte	2	8	5	13	33
Renovação Título Residência	124	66	115	154	549
Retorno Voluntário	10	0	0	10	32
Saúde	14	56	65	26	169
	535	416	632	1380	3501



Tal como se pode verificar no quadro seguinte, estas percentagens são superiores ao peso que a população estrangeira, com estatuto legal de residência, representa, quer para o Continente, quer para a Península de Setúbal, onde o concelho se integra.

Tal como no país, também no concelho do Montijo se tem vindo a verificar uma inversão da tendência de uma presença maioritária da população masculina entre a população estrangeira. Por outro lado, esta tendência para uma “feminização” da população estrangeira também não será alheia às estratégias de reagrupamento familiar e, por outro lado, a percursos migratórios, relativamente mais recentes, que são eminentemente encetados por mulheres.

Tabela 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º)

	Sexo								
	HM			H			M		
	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2017	2718	1241	1477	1317	639	678	1401	602	799
2016	2589	1185	1404	1239	612	627	1350	573	777
2015	2512	1101	1411	1205	575	630	1307	526	781
2014	2631	1110	1521	1263	579	684	1368	531	837
2013	2699	1166	1533	1300	607	693	1399	559	840
2012	2747	1135	1612	1363	620	743	1384	515	869
2011	2812	1189	1623	1395	643	752	1417	546	871

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Relativamente à incorporação de populações oriundas de outros países no seio da comunidade local, verifica-se que as mesmas assumem um peso ligeiramente expressivo no conjunto da população total. Com efeito, os dados disponíveis para 2017 apontam para um efetivo de 2718 indivíduos de nacionalidade estrangeira com estatuto de residente (embora menos face ao registado em 2011), representando aproximadamente 5% da população residente no concelho (a nível nacional essa proporção atinge os 3,8%).

Este efetivo considerável de população estrangeira no território pode ser analisado nos últimos 4 anos com uma tendência de claro crescimento. As nacionalidades com maior contingente demográfico associado correspondem ao Brasil, que apresenta um ritmo de crescimento elevado, seguido do Nepal e Ucrânia, concentrando mais de dois terços do total de população estrangeira residente no concelho.

Tabela 7- Evolução da população emigrante, por nacionalidade

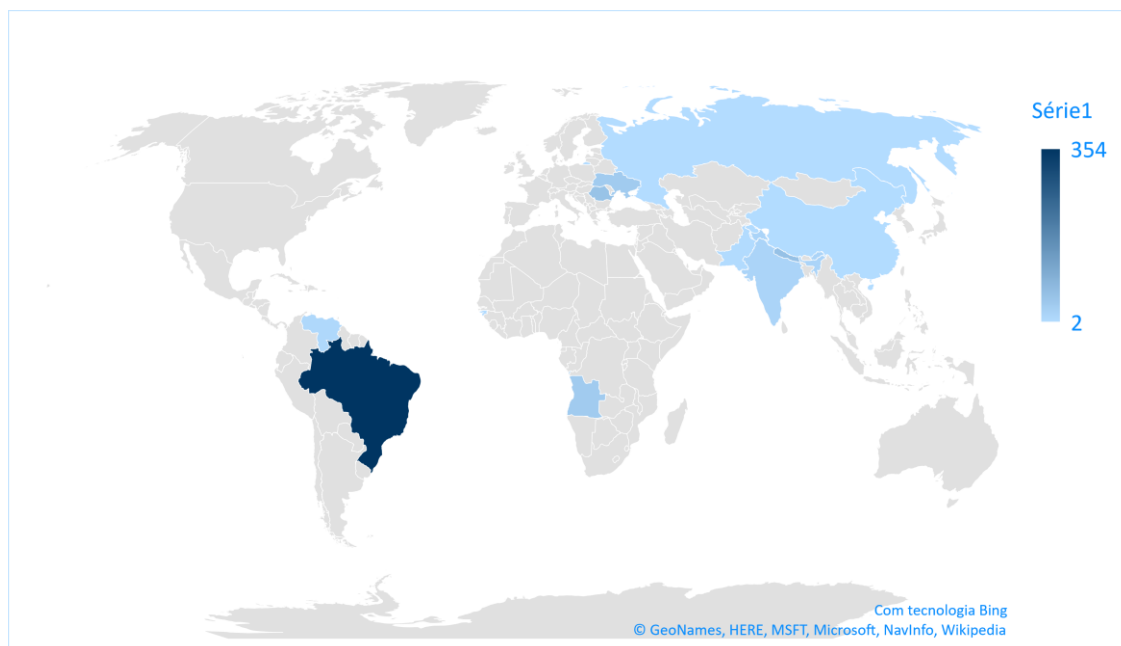
2015		2016		2017		2018	
Angola	1	Angola	12	Angola	22	Angola	38
Brasil	50	Brasil	63	Brasil	148	Brasil	354
Cabo Verde	3	Cabo Verde	2	Cabo Verde	3	Cabo Verde	7
Guiné-Bissau	3	Guiné-Bissau	8	Guiné-Bissau	0	Guiné-Bissau	4
Índia	0	Índia	1	Índia	6	Índia	18
Moldávia	3	Moldávia	3	Moldávia	2	Moldávia	16
Nepal	3	Nepal	3	Nepal	7	Nepal	59
Paquistão	1	Paquistão	0	Paquistão	0	Paquistão	4
Roménia	47	Roménia	35	Roménia	46	Roménia	55
Rússia	1	Rússia	0	Rússia	0	Rússia	2
São Tomé e Príncipe	2	São Tomé e Príncipe	1	São Tomé e Príncipe	2	São Tomé e Príncipe	2
Ucrânia	16	Ucrânia	12	Ucrânia	7	Ucrânia	37
Venezuela	1	Venezuela	1	Venezuela	4	Venezuela	10
	144		147		264		646

Fonte: CLAI Montijo

Por último, o Montijo assiste nos últimos tempos a uma forte crescimento da população asiática que se dirige para o território em busca de trabalhos específicos, Trabalho não declarado é um problema e sazonalidade, ligados a atividades agrícolas e piscatórias.



Necessidade de criar condições para a frequência de cursos de português certificados porque as respostas da freguesia não são certificadas.

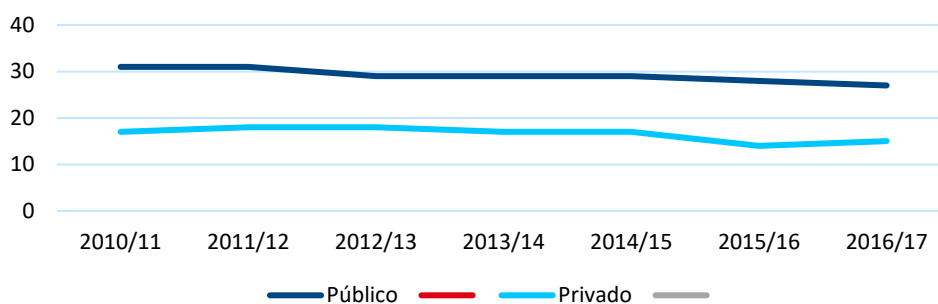


Fonte: CLAI Montijo

EDUCAÇÃO

Do ponto de vista dos recursos escolares, o município do Montijo regista no ano letivo de 2016/17) um efetivo de 27 estabelecimentos de natureza pública e 15 de natureza privada.

Gráfico 7 - Estabelecimentos de ensino, por natureza do estabelecimento (N.º)



Fontes/Entidades: DGEEC/MEC

De acordo com os dados coligidos pelo Ministério da Educação, o contingente de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho de Montijo envolvia um total de 8.672 alunos no ano letivo de 2016/17, valor que se mantém estável na última década. É importante referir, a este respeito, que tal diminuição foi acompanhada por uma profunda transformação no parque escolar do concelho, a qual foi operada à luz do enquadramento fornecido por instrumentos específicos de planeamento e com um forte investimento público na construção de novos centros escolares e na requalificação/modernização de estabelecimentos já existentes.

Numa análise detalhada por níveis de ensino, verifica-se que foi na Educação Pré-Escolar que os efeitos da trajetória demográfica local sobre a procura foram mais intensos, traduzindo-se num aumento do número de alunos matriculados ao longo do período em estudo.



A taxa de (pré-)escolarização tem-se mantido consistentemente acima dos 92% ao longo de todo o período em estudo (o valor máximo foi alcançado em 2006/07 e atingiu os 98%), correspondendo o principal desafio à universalização da sua frequência para todas as crianças com 3 a 5 anos de idade.

Em todos os ciclos do ensino básico se regista, um número de jovens matriculados manteve praticamente inalterado ao longo de todo o período analisado. Muito embora não se disponha de informação relativa à taxa real de escolarização, considera-se plausível assumir que a mesma reflita atualmente um cenário de universalização da sua frequência (sem prejuízo da existência de casos pontuais que justificarão especial acompanhamento).

No caso dos 2º e (especialmente) 3º Ciclos do Ensino Básico, por seu turno, perante a relativa estagnação da procura dirigida ao ensino regular, esta dinâmica surge fundamentalmente associada à procura registada nas modalidades de ensino não-regular por parte de jovens e de adultos (sobre cursos de educação e formação e percursos curriculares alternativos).

Por último, o ensino secundário é o nível que apresenta uma subida mais significativa. A sua evolução do Ensino Secundário no período em estudo tem como elemento marcante a progressiva afirmação dos cursos profissionais enquanto opção de prosseguimento de estudos, passando a concentrar aproximadamente um terço dos jovens matriculados neste nível de ensino no ano letivo 2016/17. Interessa referir, como nota transversal, que o peso detido pelos adultos no conjunto do sistema educativo local atinge um valor praticamente residual (embora com uma evolução significativa no 3.º ciclo do ensino básico). Tal facto não é dissociável da ausência de políticas públicas estáveis direcionadas para este segmento específico de procura.

Ainda de destacar, a ausência de alunos no Ensino artístico especializado, facto que pode ser trabalhado no âmbito da concertação no seio da Rede Social.

Tabela 8 - Alunos Matriculados, por Nível de Ensino, Ciclo de Estudos, Oferta de Educação e Formação e Ano Letivo

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Montijo	8 288	8 223	8 039	7 907	8 073	8 258	8 672
Educação pré-escolar	1 318	1 420	1 384	1 389	1 422	1 422	1 499
Ensino básico	5 415	5 478	5 373	5 336	5 335	5 381	5 524
1.º Ciclo	2 246	2 299	2 290	2 260	2 290	2 326	2 336
Ensino regular	2 244	2 287	2 278	2 249	2 263	2 302	2 322
Ensino artístico especializado	-	-	-	-	-	-	-
Percursos curriculares alternativos	-	-	-	-	15	10	-
Cursos de educação e formação para adultos	1	12	12	11	12	14	14
Processos RVCC	1	-	-	-	-	-	-
2.º Ciclo	1 214	1 227	1 270	1 305	1 182	1 132	1 221
Ensino regular	1 140	1 159	1 217	1 239	1 152	1 099	1 167
Ensino artístico especializado	-	-	-	-	-	-	-
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	18	-	-	-
Percursos curriculares alternativos	9	25	30	32	15	13	24
Cursos de educação e formação para adultos	47	19	18	16	15	16	17
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	18	24	5	-	-	4	13
Formações modulares	-	-	-	-	-	-	-
3.º Ciclo	1 955	1 952	1 813	1 771	1 863	1 923	1 967
Ensino regular	1 436	1 466	1 513	1 554	1 584	1 587	1 645
Ensino artístico especializado	-	-	-	-	-	-	-
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	24	132	178	57
Cursos de educação e formação	213	211	181	114	44	-	59
Percursos curriculares alternativos	18	29	31	35	11	21	36



	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Cursos de educação e formação para adultos	15	61	58	44	74	110	119
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	259	158	30	-	18	27	51
Formações modulares	14	27	-	-	-	-	-
Ensino secundário	1 555	1 325	1 282	1 182	1 316	1 455	1 649
Ensino regular	677	725	740	751	817	821	871
Cursos gerais/científico-humanísticos	677	725	740	751	817	821	871
Cursos tecnológicos	-	-	-	-	-	-	-
Ensino artístico especializado	-	-	-	-	-	-	-
Cursos profissionais	439	444	444	431	409	454	490
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	-	-	24	14
Cursos de educação e formação	-	-	-	-	-	-	-
Cursos de educação e formação para adultos	142	70	58	-	70	124	155
Ensino recorrente	22	14	-	-	-	-	-
Processos RVCC	275	72	40	-	20	32	119

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC

Em termos de taxas brutas de escolarização, expressos pela relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos, o Montijo regista um ligeiro crescimento no domínio pré-escolar, ainda que aquém do panorama do continente e da NUT AML. Contudo, essa taxa tem vindo a diminuir com alguma expressão no ensino básico e secundário.

Tabela 9 - Taxas brutas de escolarização (%)

Taxa bruta de pré-escolarização							
Continente	87,2	90,9	90,4	89,6	90,8	91,0	94,5
Área Metropolitana de Lisboa	78,8	82,9	81,4	80,1	81,8	82,7	87,8
Montijo	74,4	74,3	73,5	72,4	71,6	69,0	76,4
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico							
Continente	122,4	118,3	112,6	110,1	110,1	109,3	108,8
Área Metropolitana de Lisboa	120,8	121,6	116,7	112,5	111,1	109,3	107,8
Montijo	135,6	107,2	102,1	98,4	96,6	96,7	96,3
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário							
Continente	136,3	126,1	122,0	116,9	118,0	115,0	119,0
Área Metropolitana de Lisboa	142,5	133,1	132,8	127,6	128,2	123,5	126,5
Montijo	127,1	82,2	79,3	71,2	75,4	79,8	90,4

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC

Do ponto de vista dos recursos humanos em educação, embora o efetivo se mantenha estável ao longo da última década, é possível notar uma ligeira diminuição dos recursos afetos, sobretudo sentida ao nível do ensino público e no 2.º ciclo do ensino básico. Destaca-se, igualmente, um crescimento do número de docentes em educação especial.



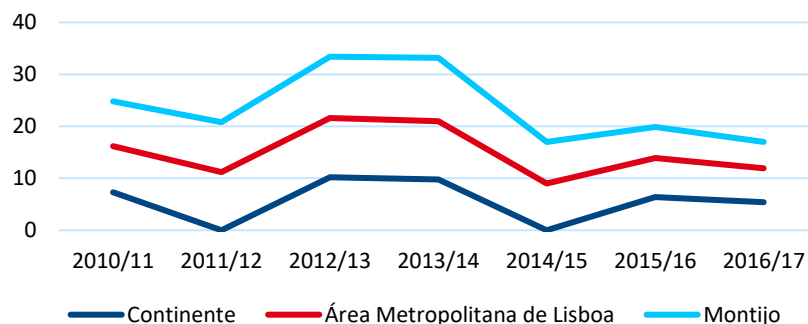
Tabela 10 - Docentes em exercício de funções, por natureza do estabelecimento de ensino e ciclo de docência (N.º)

		2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Montijo		787	786	723	696	722	731	748
Público	Educação pré-escolar	34	38	38	36	37	38	38
	Ensino básico - 1.º ciclo	156	154	143	135	142	145	146
	Ensino básico - 2.º ciclo	143	145	120	107	95	90	106
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	326	322	273	266	277	313	306
	Educação especial	22	25	27	32	29	31	35
Privado	Educação pré-escolar	36	38	40	36	37	35	36
	Ensino básico - 1.º ciclo	1	2	7	8	9	11	12
	Ensino básico - 2.º ciclo	-	-	9	5	12	12	17
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	-	-	1	2	4	10	5
	Educação especial	-	-	-	-	-	-	-
	Formadores (escolas profissionais)	69	62	65	69	80	46	47

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC

RESULTADOS ESCOLARES

Em termos de desempenho educativo, medido através da taxa de retenção e desistência⁴, o concelho de Montijo segue o padrão nacional de incremento dos níveis de insucesso escolar em função da progressão nos diferentes ciclos de estudos, embora com valores muito expressivos face às duas realidades de comparação. De facto, é notória a distância percentual da taxa de retenção no ensino básico que chega a ultrapassar os 30% até ao ano letivo 2014/15, altura em que desce para valores mais próximos da Área Metropolitana de Lisboa.

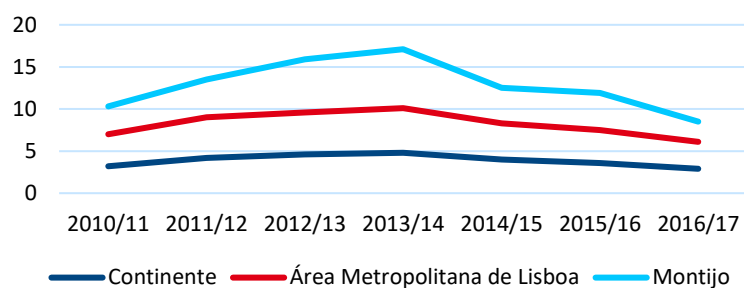
Gráfico 8 - Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência Ensino Básico (%)

Fonte: DGEEC/MEC

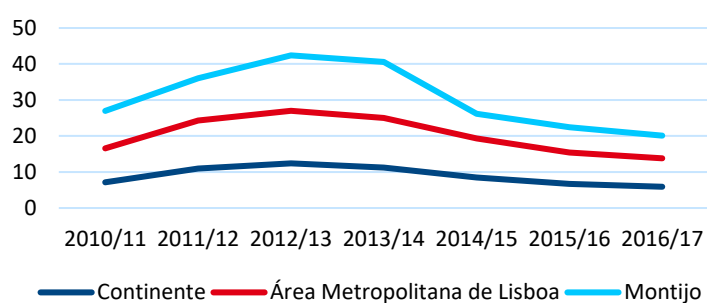
Este padrão de retenção/ desistência é mais preocupante no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, assumindo no ensino secundário valores mais positivos comparativamente à AML, mas ainda aquém do panorama global nacional.

⁴ Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

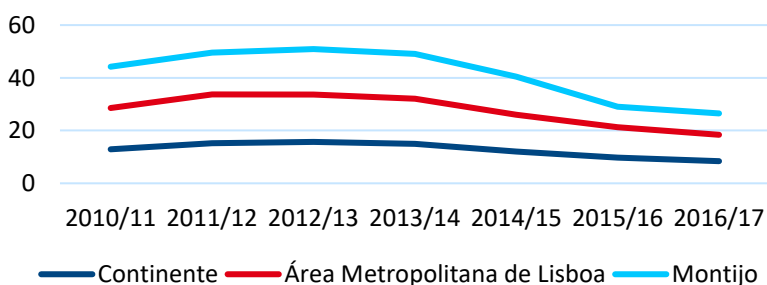


Gráfico 9 - 1.º Ciclo do ensino básico


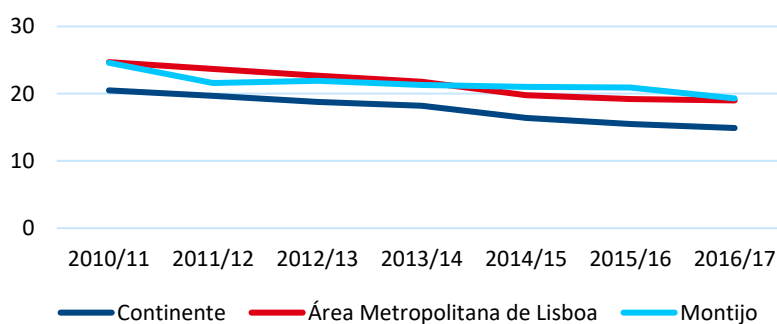
Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 10 - 2.º Ciclo do ensino básico


Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 11 - 3.º Ciclo do ensino básico


Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 12 - Taxas de retenção e desistência Ensino Secundário (%)


Fonte: DGEEC/MEC



Com o nível de prioridade intermédia de intervenção surge o problema Baixo Nível de Qualificações Escolares caracterizado por duas sub-dimensões: saída antecipada do sistema de ensino e baixa escolarização. A alteração relativamente recente no quadro da escolaridade obrigatória - 12 anos na escola- merece uma leitura atualizada de alguns dos indicadores relativos à determinação do insucesso escolar, da saída antecipada do ensino e da composição da estrutura das habilitações da população. Não levando em linha de conta esta nova realidade, os dados recolhidos evidenciam a necessidade de medidas que deem continuidade de investimento em estratégias que, por um lado, combatam a saída antecipada do sistema escolar e, por outro, melhorem o nível considerado baixo de qualificações da população em geral, nomeadamente no incremento de condições e incentivos para o aumento do número de indivíduos que concluem o ensino obrigatório (secundário) e o ensino superior atendendo, para este último desígnio, à evocação da meta a nível europeu de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre os 30-34 anos.

A população em idade escolar e a frequentar a escola ao nível dos diferentes níveis de ensino tem vindo a perder peso em todos os níveis de escolaridade, pese embora a estrutura etária da população de Montijo ser das mais jovens do país e a taxa de natalidade ser superior à média nacional.

Ou, ainda, dados extraídos do Atlas de Educação 2013 que referem o Montijo como um dos 50 Concelhos onde é maior a diferença entre a Taxa de Abandono Precoce (18-24) e o Valor Estimado como a mais elevada de entre os concelhos do território continental com valores a rondar os 33,26%, pertencendo ainda ao cluster de concelhos onde o elemento identificador é o abandono escolar associado com algumas zonas ou grupos em situação de exclusão social e escolar

Algumas das explicações para enquadrar o fenómeno do abandono escolar e da saída escolar precoce ou abandono precoce⁵ assentam nas taxas baixas de desemprego jovem e concomitantemente na desvalorização social da educação. Em situação de escolha entre mais um ano de escolarização e a inserção precoce no mercado de trabalho, esta segunda opção tende a prevalecer para uma parte significativa da população.

O Montijo regista uma evolução em termos da sua estrutura de qualificações. Regista-se um salto qualitativo muito significativo acompanhando a tendência generalizada de uma população mais escolarizada, contudo há traços que merecem ser atendidos, uma vez que são ainda reveladores de níveis de escolaridade relativamente baixos face às médias nacionais:

- ✓ A proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo;
- ✓ População residente sem ensino superior

Do conjunto de dimensões problema enquadráveis no presente Domínio de Análise, as dimensões mais críticas para o concelho de Montijo surgem associadas ao grau de habilitações da população ativa residente, ao insucesso escolar e ao risco ou situação de pobreza. Acresce que duas das três dimensões referidas (o grau de habilitações da população ativa residente e o insucesso escolar) são objeto de priorização mais elevada. Este nível de posicionamento dos atores vem reforçar alguns dos dados observados anteriormente, nomeadamente aqueles que evidenciam a necessidade de intervir ao nível da estrutura de qualificações dos ativos.

Apesar dos dados quantitativos não serem demonstrativos de uma situação tão crítica como aquela que os atores percecionam, convém referir que o seu posicionamento assenta, por um lado, numa lógica comparativa e relativa face à tendência global da sub-região em causa e, por outro, pode resultar de uma perceção mais completa sobre o fenómeno da escolaridade no concelho, onde entram outras variáveis que não foram trabalhadas ao nível dos indicadores macro, como por exemplo, o peso da população com mais de 18 anos que tenha concluído o ensino secundário e o peso da população entre os 30 e os 34 que tenha concluído o ensino superior.

Se estes dois indicadores forem mobilizados na apreciação global sobre o insucesso escolar e o abandono precoce do ensino, tomando aliás em linha de conta o recente alargamento da escolaridade obrigatória para o nível secundário, é esperável que alguns dados de cariz estatístico e quantitativo assumem valores ainda mais preocupantes.

Neste sentido, foi diagnosticado no âmbito do levantamento de informação realizado no concelho, de que os agrupamentos de escolas poderiam estar mais envolvidos na co responsabilidade de projetos da Rede Social. Para tal, o Grupo de trabalho da Educação já se encontra a trabalhar em levantamento de ideias-chave para projetos na área do abandono escolar. Uma outra dimensão problema a desenvolver prende-se com o facto de alunos dos Percursos

⁵ O cálculo da taxa de saída escolar precoce ou abandono precoce - nº indivíduos entre os 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário/população residente entre os 18-24 anos *100.



Curriculares alternativos (PCA) não reúnem capacidades para Cursos Profissionais nem prosseguimento de estudos, pelo que se torna necessário trabalhar outras competências não cobertas pelas respostas instaladas no território.

Por outro lado, medida PIEF na Escola de nível básico, mas faltam estas respostas de continuidade para secundário e os SPO confronta-se com dificuldade de regularidade dos técnicos que são afetos à escola com contratos de trabalho de 1 ano (DL n.º 54 - NEE). ACES também não tem capacidade de resposta de serviços de psicologia. Uma bolsa de psicólogos partilhada poderia dar resposta mais ajustada.

HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA

Embora não seja de grande utilidade análise de indicadores com referência a 2011 (dado que estes indicadores apenas são disponibilizados a um nível concelhio nos Censos), é possível observar um frágil peso da população com instrução superior e, ainda, um elevado peso da população sem nível de ensino e o 1.º ciclo do ensino básico.

Tabela 11- Nível de instrução no concelho de Montijo em 2011 (%)

Nível de Instrução no Concelho de Montijo em 2011 (%)

	Sem nível de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino pós-Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Afonsoeiro	21,2	16,6	10,3	16,0	17,2	1,6	2,0	13,8	1,3	0,1
Montijo	18,2	19,8	11,7	17,9	17,6	1,1	1,9	10,7	0,9	0,1
Atalaia	20,9	18,5	10,9	14,7	16,1	1,1	1,9	13,9	1,8	0,2
Alto Estanqueiro Jardim	25,5	30,3	12,5	15,2	11,2	0,7	0,8	3,4	0,4	0,0
Sarilhos Grandes	22,3	27,0	13,8	17,1	12,3	0,5	1,1	5,3	0,5	0,1
Canha	26,6	34,4	13,1	12,1	8,1	0,5	0,7	4,4	0,2	0,0
Pegões	22,0	30,3	15,3	15,5	11,5	1,0	0,8	3,4	0,2	0,0
Santo Isidro de Pegões	22,8	25,1	15,5	17,0	12,8	0,6	1,1	4,5	0,5	0,1

Fonte:INE

Contudo, para se ficar com uma perceção dos níveis de desqualificação escolar da população ativa veja-se como é que a fatia mais relevante da mesma, os trabalhadores por conta de outrem, se distribui por níveis de escolaridade em 2016. Os valores recolhidos e enquadráveis no Domínio de Análise Capital Humano sugerem uma Desqualificação média medida por dois indicadores (27% população ativa do Montijo tem escolaridade inferior ao terceiro ciclo do ensino básico e 13% da população ativa tem escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico), sendo que esta apresenta valores relativos que acompanham a dinâmica da maioria dos concelhos da NUT. Embora este facto não constitua um problema com índice de incidência grave e a merecer um nível de prioridade de intervenção elevado para resolver a dimensão problema- Desqualificação do Trabalho, ainda assim, apenas 13% detenha níveis superiores de escolaridade.

Tabela 12 - Estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem), 2016

	Total	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Continente	2 054 911	8 353	215 044	287 398	533 902	574 341	37 866	347 334	42 034	4 247
A. M. Lisboa	648 611	2 172	45 422	53 152	146 121	203 606	16 004	157 677	20 610	1 756
Alcochete	3 488	16	313	396	978	1 231	54	455	40	3
Almada	18 303	72	1 435	1 931	4 996	5 622	367	3 408	320	93
Barreiro	7 889	19	602	804	2 457	2 513	121	1 264	101	3
Moita	4 312	...	423	590	1 437	1 294	61	434	44	...
Montijo	8 245	83	1 068	1 076	2 396	2 454	122	914	97	5
Palmela	16 006	43	1 117	1 736	5 652	4 896	322	1 996	184	6
Seixal	14 703	45	1 209	1 698	4 621	4 882	254	1 684	226	53
Sesimbra	4 387	...	775	621	1 459	1 039	40	384	33	...
Setúbal	17 746	41	1 558	2 067	5 390	5 523	375	2 519	227	11
Vila Franca de Xira	23 158	77	1 942	2 582	7 536	7 171	366	3 055	355	14

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2018



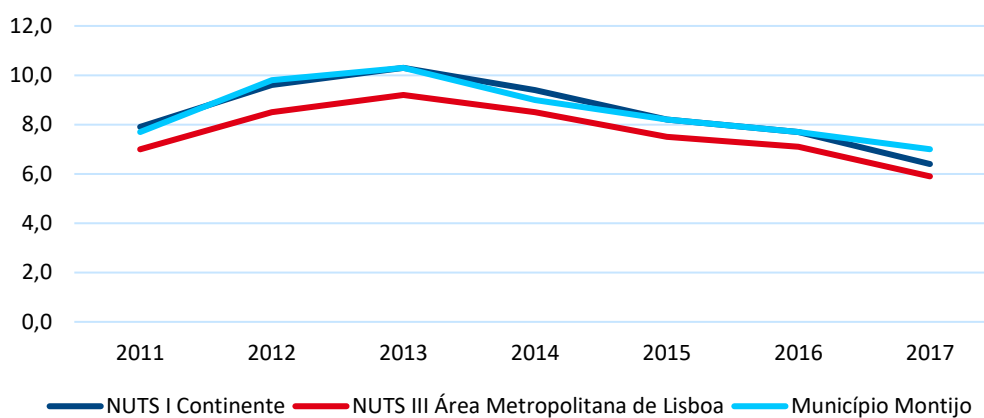
Em suma, o perfil de problemas identificados encontra ampla correspondência com a estratégia de concretização dos objetivos da Estratégia Portugal 2020 e com programação dos FEEL, no período 2014-2020, no âmbito da qual se inscreve a ambiciosa meta para 2020 de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Com efeito, o Programa temático dedicado ao Capital Humano adota a quantificação de metas e a concentração de recursos de forma estritamente articulada com os indicadores da Agenda 2020, assumindo a hierarquia de preocupações em torno da redução do abandono escolar e da participação no ensino superior.



**DIMENSÕES-PROBLEMA E
INDICADORES ASSOCIADOS AO
DOMÍNIO DE ANÁLISE
EMPREGO e RENDIMENTOS**

A taxa de desemprego no Montijo acompanha a curva tendencial do continente e da NUT II, situando-se em 2017, ligeiramente acima das mesmas com 7%.

Gráfico 13 - Taxa de Desemprego

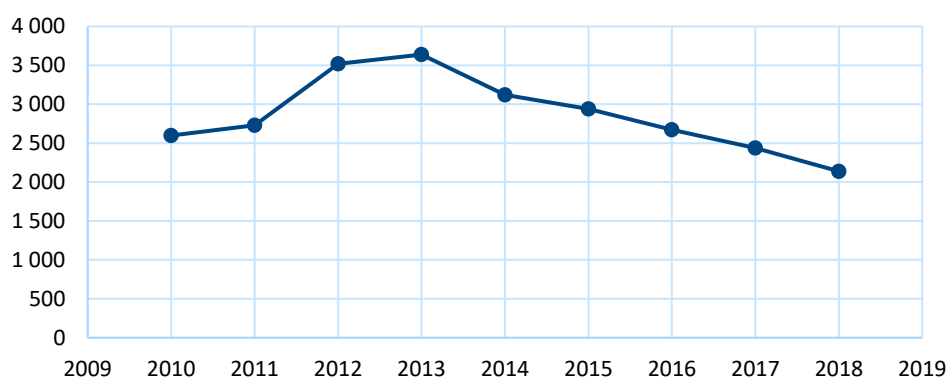


Fonte: IEFP

Embora a dimensão problema do desemprego esteja classificada como dimensão de incidência intermédia, não é despiciente observar-se as dinâmicas específicas que caracterizam a estrutura do desemprego em Montijo a partir de uma observação mais fina dos indicadores disponíveis na matriz e de outros dados relevantes para o efeito.

Tendo em conta os dados mais recentes registados ao nível do IEFP, pode-se ver a evolução que o desemprego em Montijo sofreu entre 2009 e 2018, medida pelo número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

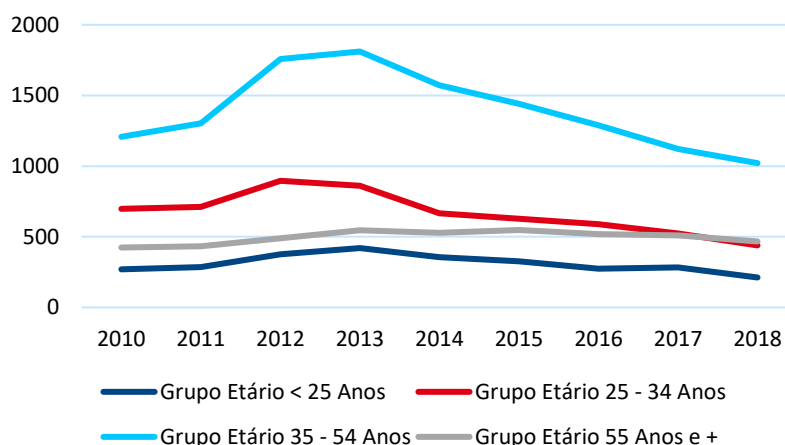
Gráfico 14- Número de desempregados



Fonte: IEFP

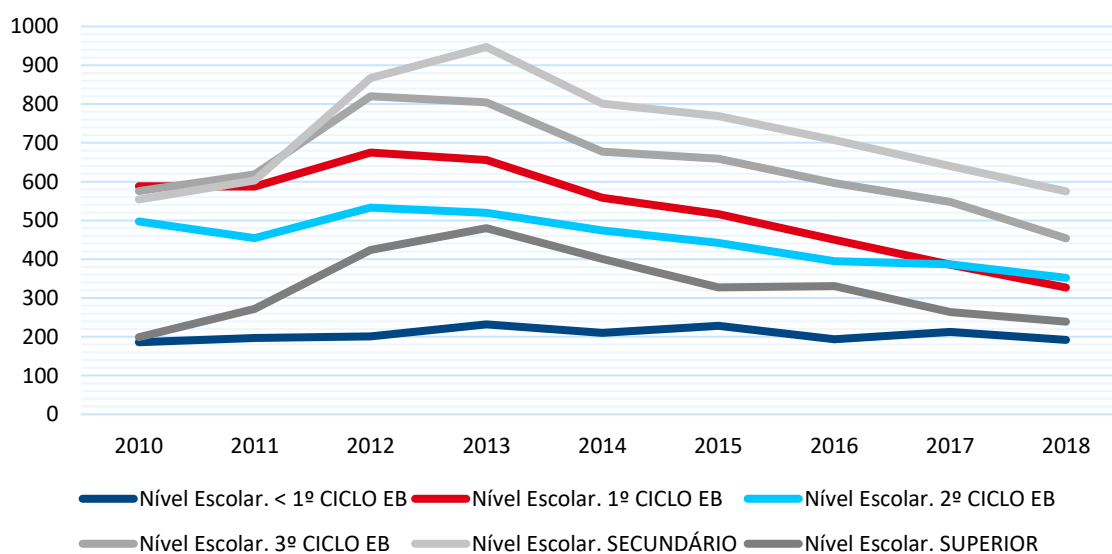
Os dados mais recentes sobre o desemprego em Montijo permitem perceber que os grupos etários dos 35 aos 54 anos continuam a representar a maior fatia do desemprego registado, embora se denote alguma expressão do desemprego mais jovem (25-34 anos).



Gráfico 15 - Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por escalões etários

Fonte: IEFP

O fenómeno do desemprego pode ainda ser retratado, recorrendo-se, por exemplo, ao perfil de escolarização dos desempregados. Esses dados permitem constatar que os desempregados com o nível secundário e 3.º ciclo do ensino básico são os mais afetados pelo desemprego. A um terceiro nível estão os desempregados com o 1.º ciclo do ensino básico que não obstante a fragilidade ao nível do capital escolar acumulam ainda outro tipo de vulnerabilidade - faixa etária avançada, potenciando, assim, maiores dificuldades de reingresso no mercado de trabalho. Ainda assim, o desemprego tem vindo a diminuir em todos os níveis, de forma considerável, desde 2014 e 2015, coincidindo com a recuperação da economia portuguesa pós crise.

Gráfico 16 - Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego por nível de escolaridade

Fonte: IEFP



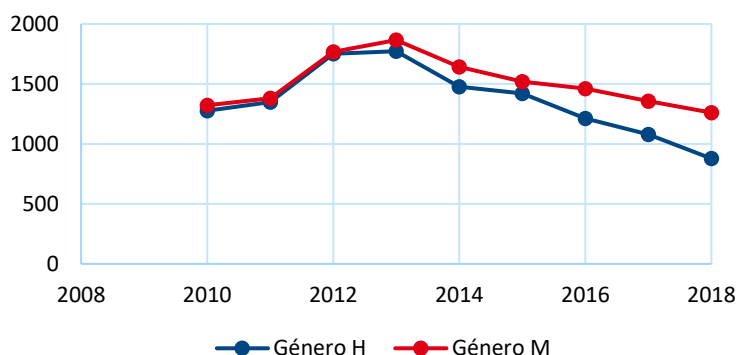
Relativamente à composição do desemprego por sexo não se observam diferenças relevantes. O desemprego em Montijo atinge de forma proporcional homens e mulheres, embora no grupo das mulheres se faça sentir de forma mais expressiva.

Tabela 13 -Evolução dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, por sexo (2011-2018)

	Sexo		Total
	H	M	
2018	878	1 261	2 139
2017	1 080	1 358	2 438
2016	1 213	1 460	2 673
2015	1 422	1 519	2 941
2014	1 478	1 643	3 121
2013	1 773	1 866	3 639
2012	1 751	1 769	3 520
2011	1 350	1 382	2 732

Fonte: IEFP

Gráfico 17 - Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego



Fonte: IEFP

Já quanto ao motivo de procura de emprego, apenas uma pequena fatia da população desempregada apresenta como motivo a procura de 1.º emprego. Registando-se que a situação de desemprego maioritária ao longo dos últimos três anos é representada por situações de procura de novo emprego.

Tabela 14 -Tempo de inscrição no centro de Emprego de Montijo

	Tempo de inscrição		Situação		Total
	<1 ano	>1ano	1.º emprego	Novo emprego	
2018	1 124	1 015	183	1 956	2 139
2017	1 276	1 162	223	2 215	2 438
2016	1 459	1 214	218	2 455	2 673
2015	1 671	1 270	231	2 710	2 941
2014	1 598	1 523	220	2 901	3 121
2013	2 013	1 626	217	3 422	3 639
2012	2 208	1 312	174	3 346	3 520
2011	1 746	986	117	2 615	2 732
2010	1 574	1 026	109	2 491	2 600

Fonte: IEFP



Importa ainda recuperar alguma informação sobre o perfil de Emprego e Tecido Produtivo em Montijo para concluir este conjunto de elementos de diagnóstico dedicado ao Emprego e Potencial Económico.

Em primeiro lugar constata-se o elevado peso da categoria profissional – Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as (25,8%), os Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (15,2%) e o pessoal Administrativo (13,3%). Por outro lado, a estrutura do emprego, na perspetiva do desempenho de profissões pouco exigentes em qualificações, também assume um peso significativo (15,6%) na definição da Desqualificação do Trabalho enquanto dimensão que pode ser problemática neste domínio de análise, sobretudo quando comparada ao panorama da AML (9%) e do continente (11%).

Tabela 15 - Estrutura de Profissões da população ativa (ISCO-08), 2016

		Continente	A. M. Lisboa	Montijo
Profissão principal	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as	93 530	33 519	365
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	238 520	113 579	589
	Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	230 242	91 665	697
	Pessoal administrativo	288 643	112 865	1 099
	Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as	422 102	144 340	2 132
	Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta	22 742	2 921	256
	Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices	296 882	50 804	1 254
	Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem	234 129	38 810	561
	Trabalhadores/as não qualificados	226 093	58 960	1 290
Total		2 054 911	648 611	8 245

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2018

Ainda assim, convém dar nota que as profissões mais qualificadas, como os Especialistas das atividades intelectuais e científicas, os Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/ e os Técnicos/as e profissionais de nível intermédio perfazem, em conjunto 20% do total.

Paralelamente, a análise do Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2016, permite notar que Predomínio do setor terciário, com maior expressão dos trabalhadores Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, Alojamento, restauração e similares e Atividades administrativas e dos serviços de apoio (perfazendo este setor mais de dois terços do pessoal ao serviço). De qualquer modo, esta dinâmica, apresenta uma representatividade considerável dos 3 grandes setores de atividade económica, nomeadamente através do peso do pessoal ao serviço da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e das Indústrias transformadoras. Note-se, a este propósito, a expressão significativa do setor primário que perfaz 16,2% de pessoal ao serviço, valor que contrasta com os 5,% no continente e 1,3 % na AML.



Tabela 16 - Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2016

Atividade Económica				
	CAE	N.º	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	A	2 472	16,2	Setor Primário
Indústrias extrativas	B	0	0,0	
Indústrias transformadoras	C	1 692	11,1	Setor Secundário
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	D	15	0,1	
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	E	120	0,8	
Construção	F	752	4,9	
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	G	3135	20,6	Setor Terciário
Transportes e armazenagem	H	345	2,3	
Alojamento, restauração e similares	I	1024	6,7	
Atividades de informação e de comunicação	J	161	1,1	
Atividades imobiliárias	L	248	1,6	
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	M	755	5,0	
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	N	2752	18,1	
Educação	P	446	2,9	
Atividades de saúde humana e apoio social	Q	693	4,6	
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	R	205	1,3	
Outras atividades de serviços	S	404	2,7	
Total		15219	100	

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal.

Relativamente à distribuição por sexo do pessoal ao serviço nas empresas do município, verifica-se uma distribuição equitativa no setor primário, mas regista-se um maior peso de mulheres no setor terciário (58%), enquanto os homens estão mais representados no secundário (72%).

Se as dimensões problema ventiladas na Dimensão do Capital Humano podem evidenciar necessidades de investimento ao nível da qualificação/formação das estruturas de emprego e do tecido empresarial, as que ressaltam nesta dimensão apenas vêm reforçá-las. O enfoque que este tipo de problemas necessitará no plano da intervenção estratégica passa pela evidência de que as questões do emprego e da sua qualificação como suporte à qualidade de vida da população seja uma prioridade a ter em linha de conta.



Tabela 17 -Ganho médio mensal e disparidades no ganho médio mensal

	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal
	€				
Continente	1 107,9	10,5	5,9	34,3	41,5
A. M. Lisboa	1 388,5	11,2	3,1	36,1	47,2
Alcochete	2 255,0	51,6	33,1	46,8	138,4
Almada	1 085,7	7,2	1,9	37,0	38,8
Barreiro	1 088,8	13,1	9,8	27,1	35,1
Lisboa	1 551,9	11,5	3,4	33,9	48,3
Moita	909,4	7,8	2,3	21,4	29,6
Montijo	974,2	11,9	9,9	37,6	43,0
Palmela	1 401,3	14,5	22,8	26,3	30,1
Seixal	1 134,3	20,5	1,7	18,1	48,1
Sesimbra	909,2	9,9	12,6	15,0	26,0
Setúbal	1 173,7	16,7	20,5	30,3	39,0
Vila Franca de Xira	1 160,3	9,9	16,1	30,5	37,3

A partir do levantamento de informação relativo ao Domínio de Análise Emprego ressaltam outras dimensões problema com a classificação de prioridade elevada uma vez que revelam níveis de incidência elevados constituindo-se, por isso, fatores críticos de vulnerabilidade da população de Montijo à situação de pobreza e exclusão social.

Para além deste aspeto nuclear e preponderante para o desenvolvimento social e económico do concelho de Montijo, surgem, ao nível do exercício de auscultação dos atores, outras duas dimensões problema igualmente posicionadas como prioritárias: a necessidade de uma dinâmica empresarial mais forte associada a estímulos no âmbito do empreendedorismo por via de novos modelos de iniciativas e a constatação de que o endividamento das famílias pode vir a ser uma realidade igualmente crítica.

Paralelamente, é importante destacar alguns indicadores que atestam alguma desigualdade no âmbito interno (concelho) e externo (relativo à NUT e Continente). Por um lado, o ganho médio mensal é claramente inferior às duas unidades de comparação e sobretudo no quadro dos concelhos que compõe a NUT, o que demonstra condições de vida abaixo das que se verificam em termos globais. O Montijo apresenta o terceiro ganho médio mensal mais baixo (974,2€). Paralelamente, regista uma das maiores disparidades no ganho médio mensal por nível de habilitações (37,6).

Por outro lado, no que diz respeito à dimensão problema Rendimento das Famílias, é claro notar que o índice do poder de compra per capita se apresenta abaixo da média da NUT, mas relativamente favorável face ao território continental: cada habitante vive com aproximadamente 101% do poder de compra de um habitante médio ao nível do território continental e representa 0,54% do peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor 100%.

Sobre o IRS por agregado, o Montijo apresenta um valor de 15633 euros, colocando o concelho acima da média nacional.

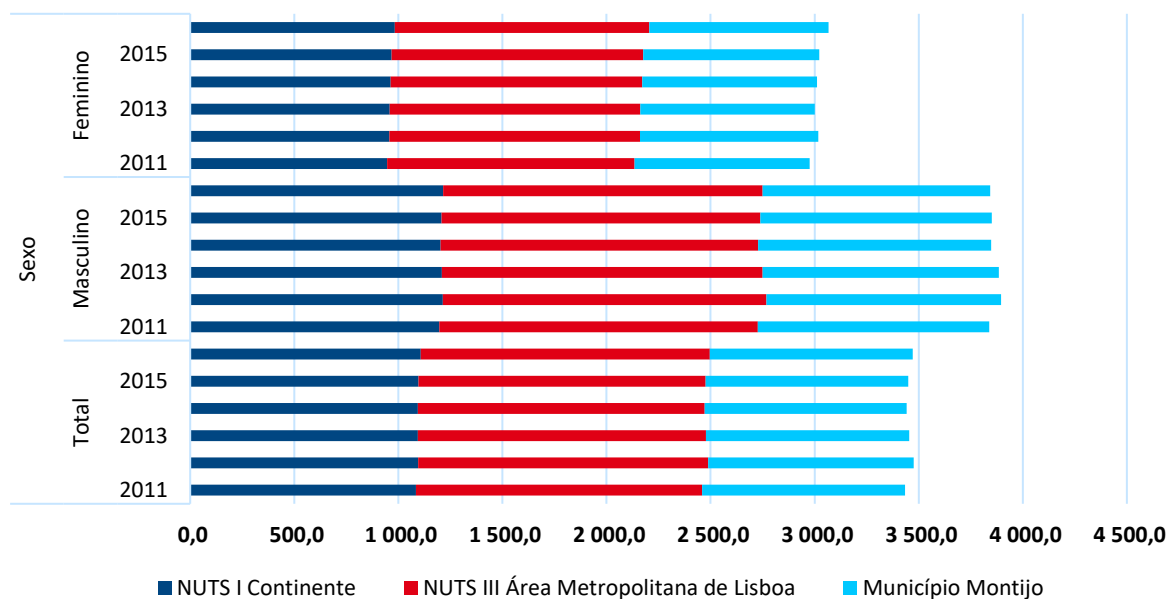
Tabela 18 -Rendimentos e poder de compra

	Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€)	Poder de compra per capita	Proporção do poder de compra
Continente	14896	100,7	
Área Metropolitana de Lisboa	17408	124,68	33,912
Montijo	15633	101,36	0,541

Fontes: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelho Autoridade Tributária e Aduaneira

Uma outra dimensão problema reporta-se à questão da disparidade no ganho médio mensal por sexo, embora uma das mais baixas da NUT, ainda se regista uma clara diferença entre o rendimento dos homens face às mulheres.



Gráfico 18 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal.

Por último, os encargos com a habitação surgem também como uma dimensão problema de elevada incidência no concelho do Montijo. Embora sem problemas estruturais, registam-se alguns problemas conjunturais em particular o aumento recente dos preços de arrendamento da habitação (fruto da especulação ao anúncio da instalação do aeroporto).

A análise dos valores médios de avaliação dos alojamentos apurados pelo setor bancário mostra, de forma muito clara, que o preço da habitação no concelho (e, subsidiariamente, na NUT) é semelhante à média nacional, apresentando-se inferior relativamente a alguns dos concelhos mais procurados, como Lisboa, Almada ou Alcochete.

Tabela 19 - Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por município, segundo o tipo de construção e a tipologia, 2017 € / m²)

	Média global						
	Total	Apartamentos			Moradias		
		Total	dos quais		Total	das quais	
			T2	T3		T3	T4
Continente	1 128	1 176	1 172	1 110	1 045	1 016	1 070
A. M. Lisboa	1 368	1 368	1 325	1 347	1 369	1 355	1 381
Alcochete	1 258	1 219	1 109	1 240	1 311	1 190	1 447
Almada	1 382	1 370	1 369	1 338	1 416	1 418	1 377
Barreiro	1 040	1 028	1 000	1 061	1 145	1 090	1 147
Lisboa	2 108	2 109	2 091	2 077	2 084	2 227	2 185
Moita	915	879	862	890	1 077	990	1 221
Montijo	1 115	1 105	1 095	1 105	1 173	1 107	1 274
Palmela	1 059	938	924	940	1 186	1 215	1 171
Seixal	1 183	1 147	1 154	1 127	1 308	1 316	1 290
Sesimbra	1 214	1 179	1 174	1 076	1 247	1 243	1 247
Setúbal	1 090	1 038	1 007	1 036	1 223	1 257	1 219
Vila Franca de Xira	1 208	1 217	1 202	1 201	1 148	1 145	1 172

Fonte: INE, I.P., Estatísticas de preços da habitação ao nível local e Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local.

Sem prejuízo do significado volátil destes valores, verifica-se que este panorama começa a ser um problema para a fixação de recursos humanos qualificados no concelho (professores, enfermeiros, sobretudo recém-licenciados). De facto, nos



últimos 2 anos, tem-se assistido a um aumento exponencial trimestral do valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares, como atesta o quadro seguinte.

Tabela 20 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€)

	Período de referência dos dados									
	2.º	1.º	4.º	3.º	2.º	1.º	4.º	3.º	2.º	1.º
	Trimestre de 2018	Trimestre de 2018	Trimestre de 2017	Trimestre de 2017	Trimestre de 2017	Trimestre de 2017	Trimestre de 2016	Trimestre de 2016	Trimestre de 2016	Trimestre de 2016
	€	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Continente	970	951	933	913	897	882	866	854	842	829
Área Metropolitana de Lisboa	1305	1283	1262	1242	1228	121	1181	1164	1138	1125
Montijo	956	956	931	911	893	843	778	763	730	732

Fonte: INE, I.P., Estatísticas de preços da habitação ao nível local e Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local.

Ainda assim, constata-se que o valor mediano das rendas por metro quadrado de alojamentos familiares, o valor médio dos prédios transacionados e o valor mediano das rendas por m2 dos novos contratos de arrendamento assumem uma posição desfavorável do concelho face a muitos dos concelhos da NUT, nomeadamente a perda de competitividade face ao Seixal, Palmela, Moita, Barreiro ou Setúbal e o claro desajustamento entre o perfil de rendimentos das famílias e os encargos com a habitação.

Tabela 21 - Indicadores de Habitação (€)

	Valor médio dos prédios Transacionados				Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares	Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares
	Total	Urbanos		Rústicos		
		Total	Em propriedade horizontal			
Continente	109 085	137 055	110 863	16 294	933	4,39
A. M. Lisboa	212 927	215 216	142 936	111 889	1 262	6,06
Alcochete	120 640	114 504	111 938	299 500	1 126	4,70
Almada	98 936	99 827	85 931	25 993	1 151	6,00
Barreiro	64 280	64 326	56 826	9 000	709	4,55
Lisboa	436 176	434 567	223 237	2 009 745	2 438	9,62
Moita	52 073	52 134	49 628	35 615	587	4,03
Montijo	101 410	100 199	94 585	132 294	931	4,47
Palmela	133 626	134 586	76 813	127 201	811	4,31
Seixal	94 132	95 089	87 052	52 084	863	4,87
Sesimbra	104 636	104 830	99 038	87 559	1 090	4,68
Setúbal	90 950	87 544	65 533	262 679	808	4,50
Vila Franca de Xira	100 509	101 392	85 901	61 572	971	4,86

Fonte: INE, I.P., Estatísticas de preços da habitação ao nível local e Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local.

Realça-se, por último, que o parque de habitação social existente no concelho está limitado desde há vários anos a um stock de 551 fogos, na sua quase totalidade localizados nas freguesias que integram a cidade, dos quais 42 se encontram vagos. A situação dos encargos com a habitação fez-se sentir no aumento da adesão aos concursos para habitação social, incluindo por residentes da classe média e no aumento de famílias com ordem de despejo (cf. informação da Segurança Social). Contudo, a capacidade de resposta das instituições públicas em termos de novos fogos é limitada e num cenário de agravamento do problema não se prevê capacidade de resposta adequada. Neste contexto, espera-se a atuação da Rede Social na circulação de informação sobre os apoios à habitação social e a rendas sociais



Tabela 22 - Fogos de habitação social (N.º) por Localização geográfica

	2015				2012			
	Total	Vagos	Ocupados ilegalmente	Arrendados	Total	Vagos	Ocupados ilegalmente	Arrendados
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Montijo	551	42	0	509	544	23	0	521

Fonte: INE, I.P., Estatísticas de preços da habitação ao nível local e Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local.



**DIMENSÕES-PROBLEMA E
INDICADORES ASSOCIADOS AO
DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL INCLUSIVO**

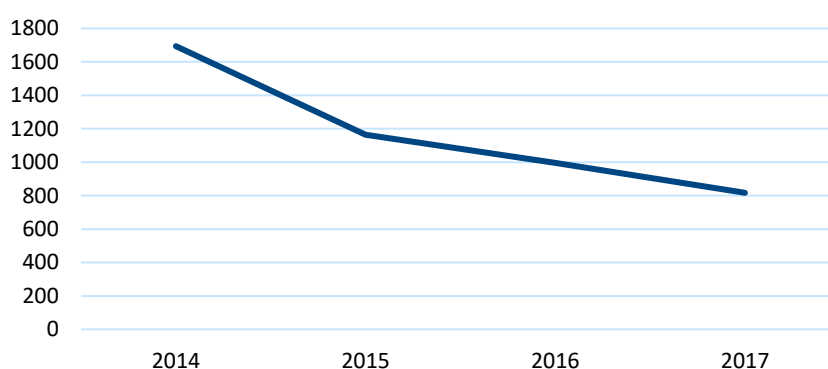
O *Domínio de análise* Capital Inclusivo apresenta uma diversidade de elementos de diagnóstico bastante significativa, por comparação aos outros dois domínios. Do ponto de vista da apropriação desta dimensão pretende-se fazer o retrato da forma como o Montijo é um território capaz de tirar partido da sua singularidade como território mais coeso, ou seja, com maior capacidade de se antecipar e adaptar às tendências evolutivas (ideia basilar do princípio da Coesão Territorial).

Esta dimensão pretende traçar o panorama baseado em elementos de evidência, tributária dos resultados emanados do Estudo de Avaliação do projeto Rede em Prática (IESE, 2012-2013), que pretende ponderar, no conjunto das tipologias, a capacidade potencial dos territórios para a intervenção social (condições de suporte como, presença de abordagens integradas territoriais de intervenção social, dinâmica das redes sociais e rede de equipamentos e respostas sociais).

PROTEÇÃO SOCIAL DESEMPREGO

No caso dos beneficiários do subsídio de desemprego, a situação global é de decréscimo nos últimos anos, nomeadamente do n.º de beneficiários que apresenta uma queda significativa a partir de 2014, traduzido, igualmente, na diminuição do peso da População ativa beneficiária de subsídio de Desemprego para 3,1% em 2017. Igual decréscimo é registado nos beneficiários do subsídio social de desemprego e do valor médio das prestações auferidas. Ainda, assim o peso das inscrições no centro de emprego para benefício de subsídios de desemprego se manteve inalterado nos últimos 3 anos.

Gráfico 19- Beneficiários de Subs. Desemprego (N.º)



Fonte: IEPF, www.iefp.pt, Relatório mensal, dezembro 2017;

Tabela 23 – Indicadores de Proteção social Desemprego

	2014	2015	2016	2017
% População ativa Beneficiária de Subs. Desemprego		4,4%	3,8%	3,1%
Valor médio da prestação Subs.Desemprego em dez de 2017		541,03€	502,79€	520,86€
Benef. de Subs. Social Desemprego	96	65	67	34
% População ativa Beneficiária de Subs. Social Desemprego:		0,2%	0,3%	0,1%
Valor médio da prestação Subs.Social Desemprego em dez		419,17€	452,17€	343,35€
% Inscrições no Centro Emprego de benef. de Subsídios de desemprego		50,9%	47,5%	50,5%

Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS), dezembro de 2017

IEFP, www.iefp.pt, Relatório mensal, dezembro 2017;

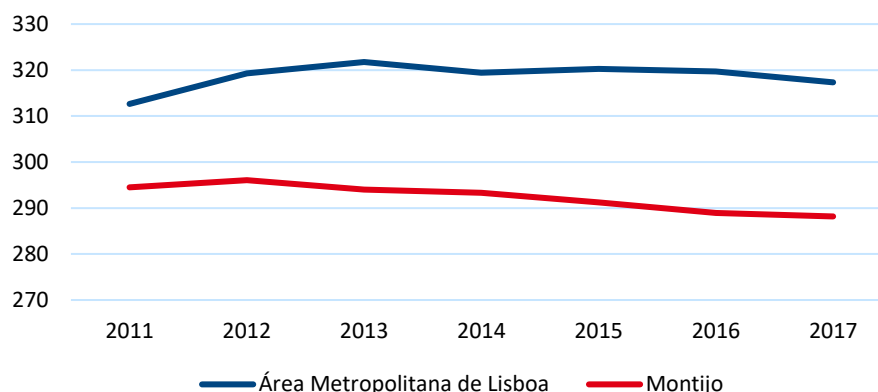
Centro Nacional de Pensões (CNP), dezembro de 2017.

Dados tratados pelo ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal – UAD - NAGPGI.

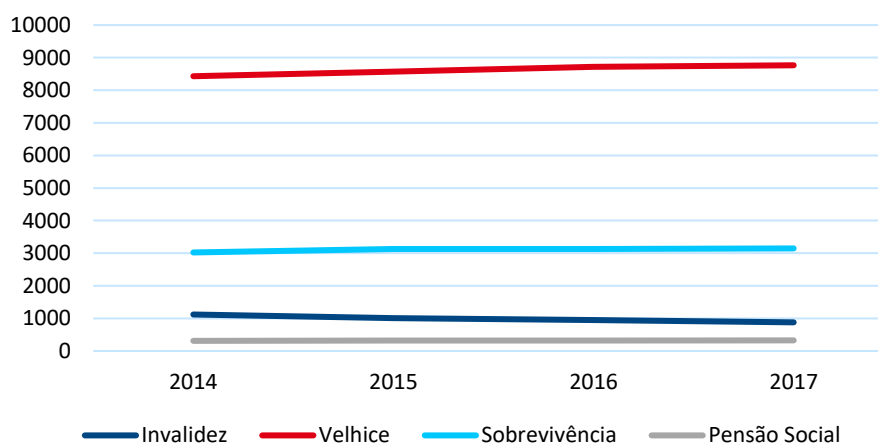
Segurança Social

No caso dos pensionistas da segurança social, o panorama é claramente favorável, tendo em conta, as dinâmicas estruturais da composição demográfica que colocam o concelho muito abaixo do peso de pensionistas da AML. Ainda assim, o Montijo regista uma aproximação a um terço de pensionistas por 1000 habitantes, a grande maioria auferindo pensões de velhice. Residuais são os números das pensões de invalidez.



Gráfico 20- Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, 2018

Gráfico 21- Tipologia de Pensões auferidas (N.º de pensionistas)

Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS), dezembro de 2017
 IEFP, www.iefp.pt, Relatório mensal, dezembro 2017;
 Centro Nacional de Pensões (CNP), dezembro de 2017.
 Dados tratados pelo ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal – UAD - NAGPGI.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

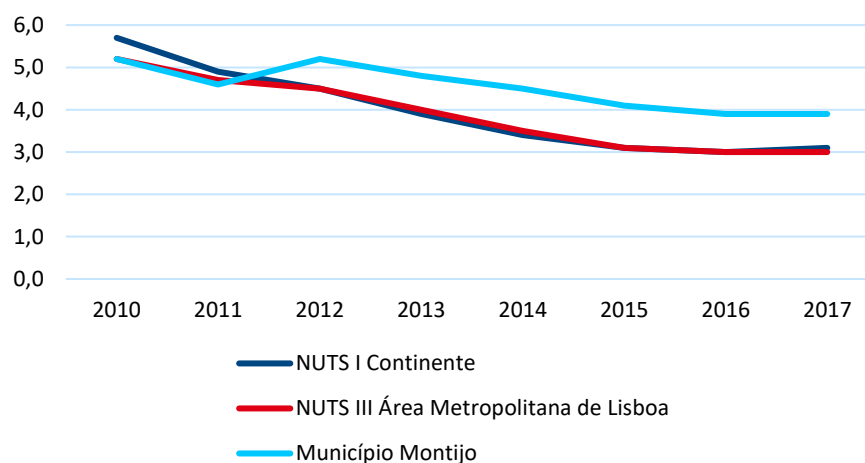
A falta de ofertas de emprego e a baixa qualificação da generalidade da população representam os principais motivos de atribuição do RSI. Acresce que há falta de formação profissional dirigida a adultos com baixas qualificações e a pouca que existe tende a ser fora do concelho, o que dificulta a frequência. De facto, é algo expressivo o peso dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%), quando comprado com a situação na NUT e no Continente. Embora este peso venha a diminuir nos últimos 10 anos, este é superior ao valor nacional. Este peso situa-se em 2017 nos 4%, valor que compreende mais de 600 agregados familiares RSI.

Em primeiro lugar, este domínio revela dimensões problema que devem assumir prioridade elevada ao nível do planeamento estratégico, pela incidência relativa que demonstram neste concelho. Embora seja um direito e uma garantia temporária da manutenção da qualidade de vida das pessoas, este e outro tipo de subsídios, tal como o rendimento social de inserção, não são situações que devam merecer passividade por parte dos atores envolvidos. A condição destes indivíduos, embora protegida em determinados aspetos, significa desproteção a médio prazo, para além do efeito de desejo de manutenção da condição quando não há perspectivas de alternativa ao rendimento por via da prestação ou subsídio. Por outro lado, são indivíduos passivos do ponto de vista da sua contribuição, quer em termos da



economia local, quer do ponto de vista da sua contribuição para o erário público. Associado ainda a estas condições, emerge outro tipo de problemas resultantes de uma certa desestruturação do quotidiano na vida dos beneficiários de subsídios, ainda que contenham uma matriz ativa, isto é, sujeitos a medidas de estímulo ao emprego e/ou formação profissional.

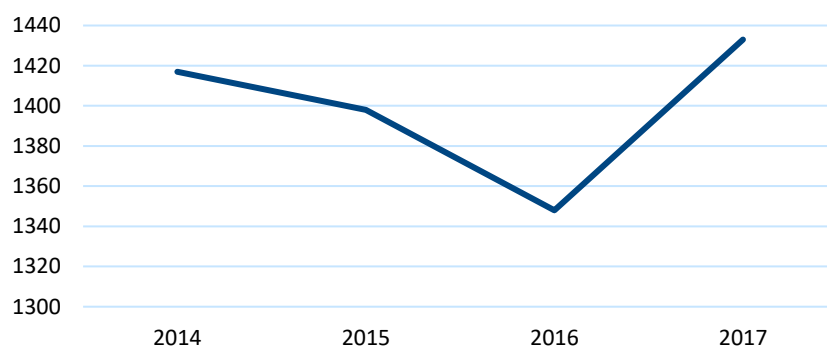
Gráfico 22- Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)



Fontes de Dados: II/MTSSS

Segundo os dados do Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS) e o Centro Nacional de Pensões (CNP), o peso de beneficiários RSI apresenta uma dinâmica de descida ao longo da década, mas apresenta um peso na população residente superior ao registado no continente e na AML. De facto, o número absoluto de beneficiários desce entre 2014 e 2016, mas apresenta uma subida vertiginosa em, 2017.

Gráfico 23- N.º Beneficiárias/os RSI



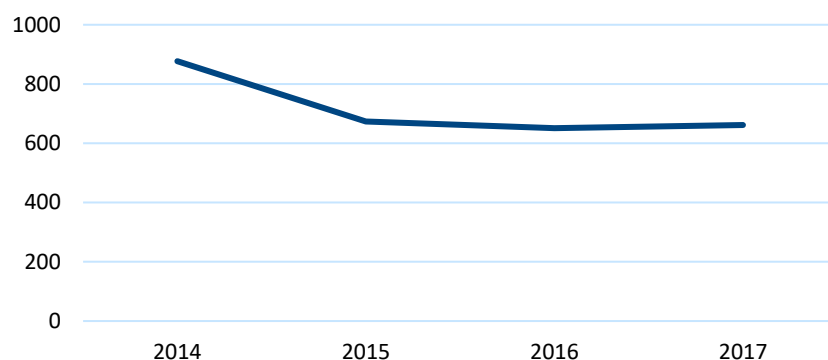
Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS), dezembro de 2017



COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

No caso concreto do número de beneficiários do complemento solidário para idosos, regista-se uma ligeira diminuição partir de 2015, com uma estagnação nos últimos anos e representando 7% da população com mais de 65 anos.

Gráfico 24- N.º de Beneficiárias/os CSI:



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS), dezembro de 2017

Tabela 24 -% População com 65 e mais anos beneficiária de CSI

	2015	2016	2017
% População com 65 e mais anos beneficiária de CSI	7,4%	7,0%	7,0%

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS), dezembro de 2017

RESPOSTAS SOCIAIS

A análise efetuada pelo IESE à Carta Social 2018 apresenta números atualizados que se cruzaram com as diversas entrevistas realizadas no concelho. A Carta Social consubstancia-se num estudo de análise da dinâmica da RSES (Rede de Serviços e Equipamentos Sociais) pretendendo dar a conhecer as respostas sociais, no âmbito da ação social, tuteladas pelo MSSS, em funcionamento no Continente, a sua caracterização, localização territorial, equipamentos e entidades de suporte. A atualização da informação consiste num processo dinâmico (on-line), assente na participação das entidades que desenvolvem respostas sociais no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos e na colaboração dos serviços do Instituto da Segurança Social, IP, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa.

Atendendo ao volume de serviços e equipamentos sociais existentes e ao facto da Carta Social não se constituir como registo cadastral dos mesmos, a metodologia de atualização adotada poderá conduzir a eventuais discrepâncias nos dados disponibilizados, pelo que, tal constrangimento deverá ser tido em conta na consulta e análise da informação.

Neste sentido, procedeu-se à análise dos dados atualizados na Carta Social ventilada por 3 grandes segmentos de públicos:

- Infância e Juventude
- População Adulta
- Família e Comunidade

A análise tem em conta os seguintes elementos:

- N.º de Equipamentos existentes (total e por freguesia)
- Capacidade total instalada dos equipamentos
- Utentes
- Taxas de utilização

Este exercício permite atribuir um sistema de semáforos aos perfis de respostas:



Respostas que se apresentam suficientes	
Respostas que ainda se apresentam suficientes, mas com risco de lotação a curto/médio prazo	
Respostas para as quais a lotação se encontra esgotada e que apresentam listas de espera	
Resposta inexistente	

Tabela 25 - Respostas sociais para a área da Infância e Juventude

INFÂNCIA E JUVENTUDE				
Crianças e Jovens				
Resposta Social	Equipamentos	Capacidade Total	Total de utentes	Taxa de utilização ⁶
Creche	21	779	655	84
Canha	1	24	14	58,3
Sarilhos Grandes	1	33	33	100
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	4	131	131	100
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	12	501	431	86
União das freguesias de Pegões	3	90	46	51,1
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	25	1488	1285	86,3
Canha	1	25	15	60
Sarilhos Grandes	3	165	158	95,7
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	3	200	156	78
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	16	1068	926	86,7
União das freguesias de Pegões	2	30	30	100
Centro de Atividades de Tempos Livres	13	612	430	70,3
Canha	2	85	69	81,2
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	2	56	30	53,6
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	8	445	307	69,0
União das freguesias de Pegões	1	26	24	92,3
Crianças e Jovens com deficiência	1	80	80	100,0
Intervenção Precoce	1	80	80	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1	80	80	100,0
Lar de Apoio	0			
Transporte de Pessoas com Deficiência	0			
Crianças e Jovens em situação de perigo	3	105	102	97,1
Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental	1	80	80	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1			
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	0			
Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens	0			
Centro de Acolhimento Temporário	1	11	10	90,9
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1			
Lar de Infância e Juventude	1	14	12	85,7
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1			
Apartamento de Autonomização	0			

Fonte: Carta Social, GEP, MTSS, 2018

No âmbito da Infância e Juventude, a situação global não é preocupante, á exceção das respostas destinadas às pessoas com deficiência. De facto, a resposta de intervenção precoce apresenta uma utilização no limite e que pode inspirar preocupações a curto prazo, pois apresenta já uma lista de espera de 40 utilizadores. Adicionalmente, não se registam respostas de Lar de Apoio e Transporte de Pessoas com Deficiência. Outra situação problema é encontrada nas respostas

⁶A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $Utentes / Capacidade * 100$



para as crianças e jovens em situação de perigo. O Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental existe tem a sua lotação esgotada e não existem respostas auxiliares como Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens e o Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens. Contudo, esta problemática encontra-se já trabalhada pela CPCJ do Montijo, cuja análise se desenvolve mais à frente.

No caso das creches, embora a capacidade total ainda seja suficiente para fazer cobrir ao número utentes, regista-se nas freguesias mais urbanas do território (União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia e União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro) uma lotação já totalmente preenchida. A mesma situação no caso dos estabelecimentos de educação pré-escolar que não apresentam problemas, á exceção da União das freguesias de Pegões.

A verde, encontram-se os centros de atividades de tempos livres que se apresentam dotados de capacidade significativa em todo o território

No segmento da População adulta, uma das dimensões problema com maior significado ao nível das necessidades de priorização prende-se com a deficiente taxa de utilização ao nível da manutenção da qualidade de vida da população idosa e com deficiência. Neste sentido, e no quadro desta auscultação dos atores do território, fica patente que existem respostas ainda insuficientes como o Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário e as valências para a população adulta com deficiência como o Centro de Atividades Ocupacionais e, sobretudo, a ausência de uma resposta de Estrutura Residencial para este público.

Estes dados corroboraram os dados apresentados na matriz principal e evidenciam que Montijo apresenta um défice generalizado na Estrutura Residencial para Idosos em todas as freguesias do concelho, sem exceção. As taxas de ocupação atingiram o limite e registam-se listas de espera. Ainda para esta população específica, o SAD inspira igualmente alguma preocupação, registando uma taxa de ocupação acima dos 90%. Ao invés, o Centro de Convívio e o Centro de Dia apresentam um número suficiente de equipamentos e respetivas capacidade, embora não cubram a totalidade das freguesias do Montijo.

A inexistência de um Centro de Noite não foi alvo de priorização problemática por parte dos atores auscultados.

No caso específico da deficiência, a elevada taxa de utilização do CAO (uma lista de espera de 29 pessoas) e a inexistência de um Lar Residencial constituem as maiores preocupações da CERCIMA. De facto, também a residência autónoma se regista insuficiente para a elevada procura.

Igualmente preocupante é a ausência de respostas para Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, constituindo esta a área considerada mais problemática e de urgente intervenção, por parte do conjunto dos atores do território.

Por último, a ausência de respostas para pessoas sem abrigo não se revelou um problema prioritário, face ao número residual de casos detetados.



Tabela 26 - Respostas sociais para a área da População adulta

POPULAÇÃO ADULTA				
	Equipamentos	Capacidade Total	Total de utentes	Taxa de utilização
Pessoas Idosas				
Serviço de Apoio Domiciliário	9	370	336	90,8
Canha	2	60	55	91,7
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	1	20	20	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	4	265	236	89,1
União das freguesias de Pegões	2	25	25	100,0
Centro de Convívio	3	140	90	64,3
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	1	40	5	12,5
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	2	100	85	85,0
Centro de Dia	11	278	142	51,1
Canha	2	75	38	50,7
Sarilhos Grandes	1	6	0	0,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	6	157	84	53,5
União das freguesias de Pegões	2	40	20	50,0
Centro de Noite	0			
Estrutura Residencial para Idosos (lar de idosos e residência)	12	426	397	93,2
Canha	1	66	66	100,0
Sarilhos Grandes	1	26	26	100,0
União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia	1	14	14	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	7	278	350	125,8
União das freguesias de Pegões	2	42	41	97,6
Pessoas adultas com deficiência	2	85	85	100,0
Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação P/Pessoas C/Deficiência	0			
Serviço de Apoio Domiciliário	0			
Centro de Actividades Ocupacionais	1	80	80	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1			
Lar Residencial	0			
Residência autónoma	1	5	5	100,0
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1	5	5	100,0
Transporte de Pessoas com Deficiência	0			
Pessoas em situação de dependência	0			
Serviço de Apoio Domiciliário	0			
Apoio Domiciliário Integrado - ADI	0			
Unidade de Apoio Integrado - UAI	0			
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	0			
ForumSócio-Ocupacional	0			
Unidade de Vida Protegida	0			
Unidade de Vida Autónoma	0			
Unidade de Vida Apoiada	0			
Pessoas sem abrigo	0			
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo	0			
Atelier Ocupacional	0			

Fonte: Carta Social, GEP, MTSS, 2018



Já no segmento da Família e Comunidade, não se registam lacunas significativas nas respostas, à exceção das Cantina Social que apresenta uma elevada taxa de utilização muito acima da capacidade instalada. Ainda assim, é importante sinalizar a ausência de respostas específicas para pessoas toxicodependentes (não sendo este identificado como um problema significativo no território) e serviços de atendimento e acompanhamento para pessoas com VIH/SIDA.

Tabela 27 - Respostas sociais para a área da Família e Comunidade

FAMÍLIA E COMUNIDADE				
	Equipamentos	Capacidade total	Total de utentes	Taxa de cobertura
Família e comunidade em geral	2	866	803	92,7
Atendimento/Acompanhamento Social	0			
Grupo de Auto-Ajuda	0			
Centro Comunitário	1	826	763	92,4
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1			
Refeitório/Cantina Social	1	40	182	455
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	1	40	182	455
Centro de Apoio à Vida	1		120	
Comunidade de Inserção	0			
Centro de Alojamento Temporário	0			
Ajuda Alimentar	0			
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	0			
Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	0			
Serviço de Apoio Domiciliário	0			
Residência para Pessoas com VIH/SIDA	0			
Pessoas Toxicodependentes	0			
Equipa de Intervenção Directa	0			
Apartamento de Reinserção Social	0			
Pessoas vítimas de violência doméstica	0			
Casa de Abrigo	1			

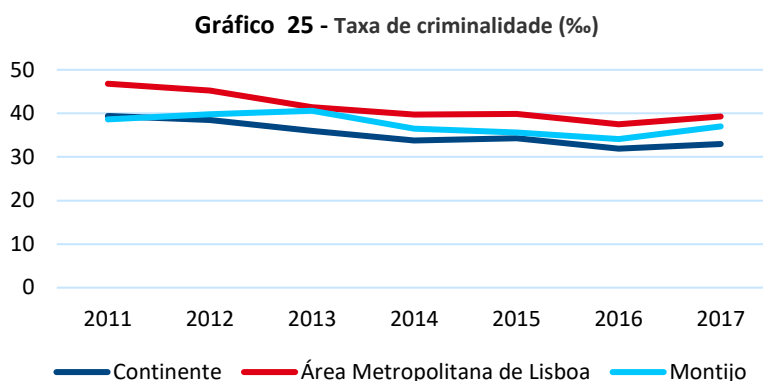
Fonte: Carta Social, GEP, MTSS, 2018

No caso das respostas para as pessoas vítimas de violência doméstica, existe um Centro de abrigo que, por razões óbvias, não divulga dados sobre localização, capacidade e utentes. Esta matéria será analisada na próxima seção.

Segurança: Criminalidade e Situações de Risco

O concelho do Montijo apresenta historicamente menores níveis de criminalidade que a média registada na Área Metropolitana de Lisboa, mas encontra-se acima da taxa de criminalidade para o conjunto do país. Em 2017 a taxa de criminalidade no Montijo era de 37 crimes/1.000 habitantes (contra 39,3 na AML e 33 crimes/1.000 habitantes a nível nacional), valor que se apresentava, contudo, abaixo do registado em 2013 (40,5 crimes/1.000 habitantes), valor este coincidente com os anos da crise (2011-2013).





Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

A exemplo do que sucede a nível nacional, a tipologia mais expressiva de crimes registados pelas autoridades policiais do concelho é aquela que engloba os designados crimes contra o património. Numa ótica estritamente social, no entanto, o facto mais marcante é o peso crescente que tem vindo a ser assumido pelos crimes contra as pessoas e, dentro destes, dos crimes contra a integridade física, no seio dos quais avultam cada vez mais os crimes de violência doméstica.

De facto, a violência doméstica emerge neste exercício como uma dimensão a ter em linha de conta nas prioridades de intervenção da Rede Social, embora se torne impossível de obter dados estatísticos sobre estas matérias, revelando por esse motivo necessidades ao nível da sinalização e levantamento de necessidades para que se concretize a evidência percecionada. Em todo o caso, a Rede Social tem desenvolvido ações concretas, nomeadamente a organização de Fóruns temáticos, como o ocorrido recentemente (final de Novembro de 2018).

Pese embora a violência doméstica afete pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência, a realidade continua a comprovar que são maioritariamente as mulheres as mais atingidas sendo, por isso, uma questão de violência de género. A violência contra as mulheres e crianças encontra, no entanto, uma forte cobertura institucional, quer por parte dos serviços da administração central, quer por parte dos seus serviços descentralizados a nível local (Autarquia, CPCJ, Serviços Locais de Acção Social, etc). No entanto, pouco se conhece sobre a problemática da violência sobre os idosos/as e deficientes, facto que deverá merecer melhor atenção por parte das entidades responsáveis nesta matéria. Dados nacionais recentes mencionam que 88% das vítimas de violência doméstica são mulheres, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, sendo o agressor, habitualmente, o companheiro da vítima, em cerca de 68.5% das situações.³⁵ Para além das consequências físicas que a agressão exercida tem sobre as mulheres, coloca-as, também, em situação de grande vulnerabilidade, nomeadamente, ao nível do emprego (ausência ao trabalho para tratamento médico ou psicológico, não promoção, etc.), isolamento, perturbações emocionais e, até mesmo, em risco de suicídio. Para além da vítima direta (a mulher), importa ponderar sobre os riscos relativos às crianças, sendo que estas são, muitas vezes, testemunhas da violência interpares. Ao nível do Concelho de Montijo, interessa salientar o investimento notório no combate à problemática da violência doméstica, sobretudo a que é exercida sobre as mulheres, quer através da criação de infra-estruturas ou serviços de apoio, quer através de iniciativas de prevenção/sensibilização à comunidade.

Tabela 28 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes

	Total	Crimes contra a integridade física	Contra o património	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
Continente	33,0	5,0	16,7	1,0	3,3	1,9	0,9
A. M. Lisboa	39,3	5,4	22,0	2,1	4,0	1,7	1,0
Alcochete	31,5	3,8	15,8	0,6	2,9	1,3	1,0
Almada	39,1	5,7	23,4	1,7	6,3	1,1	0,6
Barreiro	42,6	7,4	18,9	2,0	2,8	1,8	2,1
Lisboa	78,5	7,3	49,0	4,5	7,4	2,9	1,5
Moita	31,6	5,5	16,0	1,9	3,1	0,8	0,8
Montijo	37,0	6,1	18,6	0,8	3,3	1,9	1,4
Palmela	34,6	4,0	15,6	0,3	1,8	2,4	2,1
Seixal	27,5	4,6	13,3	1,3	2,1	1,9	1,1
Sesimbra	40,3	5,9	22,0	0,7	4,4	1,8	0,8
Setúbal	37,0	6,5	18,9	1,2	3,6	1,7	1,1
Sintra	27,4	3,7	16,3	1,8	3,5	1,0	0,6
Vila Franca de Xira	24,8	4,7	12,0	0,8	2,3	1,5	0,8

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça



Paralelamente à violência doméstica, a problemática das crianças e jovens em risco constitui um dos pilares da intervenção da Rede Social do Montijo. Na sequência dos dados da CPCJ presentes no relatório anual de atividades da CPCJ referente ao 1º semestre de 2018, constata-se que o movimento processual operado nos últimos anos apresenta valores considerados preocupantes, seja pelo seu volume absoluto (280 processos), seja pela dinâmica de crescimento registada (transitados do ano de 2017 para 2018 144 processos). Por outro lado, constata-se casos reincidentes com a reabertura de 31 processos.



Fonte: CPCJ Montijo

Do ponto de vista das tipologias de risco sinalizadas nos processos instaurados pela CPCJ, verifica-se que os comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina são os mais expressivos e muitos deles associados a situações de violência/ conflito), seguidos de exposição da criança a comportamentos de podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento - violência doméstica e outros comportamento (autolesivos e tentativas de suicídio).

Tabela 29 - Tipologia de situações de risco

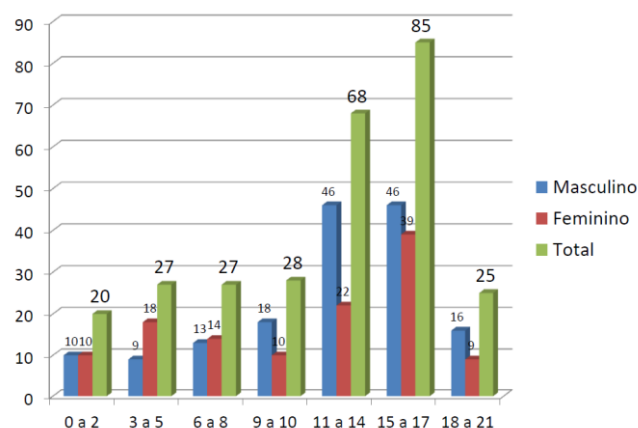
Tipologia	N.º de casos
CJACABED - CGAS e/ou Ind.- Criança/ Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento - Comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina	30
CJACABED - Criança/ Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (muitos deles associados a situações de violência/ conflito)	2
CJACABED - Outros comportamento (autolesivos e tentativas de suicídio)	21
ECPCBEDC - Exposição da criança a comportamentos de podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento (muitas são situações de conflito)	18
ECPCBEDC - VD: Exposição da criança a comportamentos de podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento - violência doméstica	26
MTPIA - Maus tratos psicológicos ou indiferença afetiva	4
MTF - Maus tratos físicos	19
Ab. Sxl - Abuso sexual	2

Fonte: CPCJ Montijo

Em termos de repartição por grupo etário, por seu turno, interessa referir que pouco mais de metade dos processos instaurados envolvem crianças/jovens integrados nos escalões dos 11-14 anos e 15-17 anos, correspondendo os escalões dos 0-2 anos e dos 18-21 anos àqueles que registam menor peso relativo.

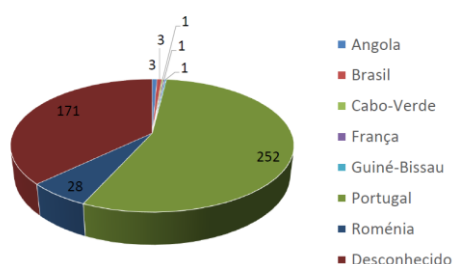
No decurso do 1.º semestre de 2018, o perfil de entidades sinalizadoras centrava-se numa maior expressão das Forças de Segurança (55 sinalizações), Estabelecimentos de ensino (19), CPCJ (18) e denúncias anónimas (10).



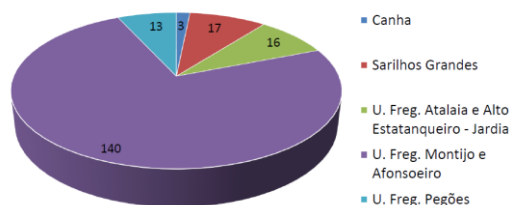
Gráfico 26 - Grupos etários das crianças e jovens em risco

Fonte: CPCJ Montijo

A presença de deficiência é notada em, 11 dos casos e a nacionalidade associada aos casos mais expressivos é a portuguesa, mas também a romena e brasileira em menor expressão. Do ponto de vista da incidência territorial, é na freguesia urbana que a esmagadora maioria dos casos é sinalizada.

Gráfico 27 - Nacionalidade das crianças e jovens em risco

Fonte: CPCJ Montijo

Gráfico 28 - Incidência territorial das sinalizações

Fonte: CPCJ Montijo

Por último, até meados de 2018, foram aplicadas 69 medidas de promoção e proteção de carácter definitivo, a saber:

- ✓ Apoio junto dos Pais (53)
- ✓ Apoio junto de outro familiar (5)
- ✓ Confiança a pessoa idónea (3)
- ✓ Apoio para autonomia de vida (1)
- ✓ Acolhimento residencial (7)
- ✓ Acolhimento familiar (0)

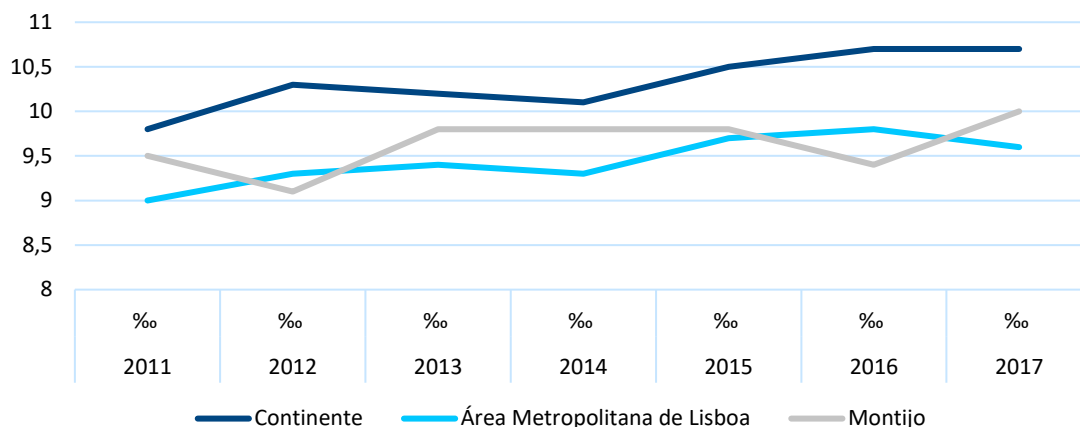


**SAÚDE E DEPENDÊNCIA(S):
NOVOS DESAFIOS,
VULNERABILIDADES E
RESPOSTAS**

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE

O concelho de Montijo tem vindo a acompanhar a tendência global de aumento da esperança média de vida, refletindo assim os progressos alcançados ao nível da eficácia dos cuidados de saúde prestados às populações e, em sentido mais amplo, das respetivas condições e padrões de vida. Neste sentido, a taxa bruta de mortalidade acompanha os valores da região AML e situa-se abaixo da linha média do continente.

Gráfico 29 - Taxa bruta de mortalidade (‰)



Fonte: INE- Estatísticas da população

As principais causas de morte no concelho seguem genericamente o padrão observado a nível nacional, mas, apresenta valores mais elevados dos que os registados na NUT II e no Continente, sobretudo nas Doenças do aparelho circulatório e respiratório (que quase registam um acréscimo de 50% na percentagem de causas de morte). Este tipo de doenças é aquele que apresenta uma maior prevalência no Montijo face à AML e Continente. Este panorama justifica algumas preocupações com a dimensão da saúde no concelho que, de certa forma, se encontra implícita à realização dos instrumentos de planeamento da Rede Social.

Nos restantes tipos de doenças, o concelho tem vindo assistido à diminuição da sua prevalência na última década, sobretudo no que respeita à Diabetes e Suicídio.

Tabela 30 - Óbitos por algumas causas de morte (%)

	Anos	Continente	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo
Doenças do aparelho circulatório	2010	31,9	34,2	34,8
	2011	30,7	33,3	32,2
	2012	30,5	32,3	34,6
	2013	29,6	30,8	30,0
	2014	30,7	32,1	30,2
	2015	29,7	31,4	30,4
	2016	29,5	31,4	33,1
Tumores malignos	2010	23,6	26,3	22,0
	2011	25,0	27,8	22,2
	2012	23,9	26,9	20,2
	2013	24,3	27,1	24,0
	2014	25,1	27,6	22,6
	2015	24,6	27,3	20,7
	2016	24,8	27,5	22,7
Diabetes	2010	4,4	4,4	5,2
	2011	4,3	4,1	5,5
	2012	4,5	4,4	5,6
	2013	4,2	3,9	5,5
	2014	4,0	4,2	3,0
	2015	4,0	4,0	3,4
	2016	3,9	4,1	3,1



	Anos	Continente	Área Metropolitana de Lisboa	Montijo
Doenças do aparelho respiratório	2010	10,9	9,5	8,8
	2011	11,4	9,8	10,0
	2012	12,8	11,1	11,3
	2013	11,6	10,0	8,0
	2014	11,3	9,6	11,1
	2015	12,2	10,1	10,4
	2016	11,9	10,3	14,6
Doenças do aparelho digestivo	2010	4,3	3,9	5,4
	2011	4,4	4,0	3,3
	2012	4,2	3,9	4,0
	2013	4,3	3,9	4,4
	2014	4,4	4,0	3,0
	2015	4,2	3,9	3,2
	2016	4,5	4,2	4,0
Suicídio	2010	1,0	1,1	1,7
	2011	1,0	1,1	1,2
	2012	1,0	1,1	2,3
	2013	1,0	1,0	1,5
	2014	1,2	1,1	1,3
	2015	1,0	1,0	1,3
	2016	0,9	0,8	0,6

Fonte: INE | DGS/MS - Óbitos por Causas de Morte

Realça-se, ainda, que a taxa de mortalidade infantil calculada para os quinquénios da década demonstram, ao contrário das dinâmicas registadas no continente e na Península de Setúbal, um ligeiro aumento.

Tabela 31 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)

	2006 - 2010	2007 - 2011	2008 - 2012	2009 - 2013
	‰	‰	‰	‰
Continente	3,2	3,2	3,1	3,1
Península de Setúbal	2,9	2,7	2,8	2,8
Montijo	1,6	1,9	1,	2,9

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

RESPOSTAS DE SAÚDE

Do ponto de vista das respostas de saúde existentes no território, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, criado a 1 de novembro de 2009, integra o Hospital de Nossa Senhora do Rosário e o Hospital Distrital do Montijo. Este equipamento tem mais de 30 valências clínicas, prestando assistência ao nível do Internamento, Consulta Externa, Urgência, Hospital de Dia, Assistência Domiciliária e assegurando, praticamente, todos os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica daí decorrentes. Com uma área de influência que engloba os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, a Instituição serve uma população de mais de 213 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2011. Dispõe de um Serviço de Radioterapia, o único da rede pública a sul do Tejo, possibilitando o tratamento do doente oncológico em todas as suas vertentes (cirurgia, radioterapia e quimioterapia).²⁷ Tem duas unidades hospitalares - Hospital Nossa Senhora do Rosário, (Barreiro), com área de influência de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo, e o Hospital do Montijo, que tem Alcochete e Montijo como áreas de influência. Na área da Psiquiatria, tem serviço de internamento, consulta e apoio domiciliário. Não obstante a informação constante no site ARSLVT, não tem Hospital de Dia. A "articulação na área de Pedopsiquiatria, no sentido de referência correta e atempada dos utentes do CHBM para o HGO, uma vez que o CHBM não dispõe de médico pedopsiquiatra".

Do ponto de vista das respostas de proximidade, o ACES Arco Ribeirinho garante a prestação de cuidados de saúde primários à população dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo - "tem por missão garantir aos cidadãos e à comunidade onde está inserido, enquanto grupo -alvo da sua intervenção de proximidade, uma maior acessibilidade à prestação de cuidados de saúde primários de qualidade"; "dá resposta a 221.463 utentes inscritos frequentadores, dos quais, cerca de 21% não tem médico de família". Compreende as seguintes unidades funcionais: a) 6 Unidades de Saúde



Familiares (USF); b) 6 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP); 4 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC); 1 Unidade de Saúde Pública (USP) e 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)

Contudo, ao longo do processo de auscultação dos atores do município, esta dimensão apresenta algumas fragilidades, sobretudo carências evidenciadas por este dispositivo de oferta situam-se ao nível quer dos recursos humanos, quer dos recursos físicos.

Numa análise comprada com os diversos concelhos que compõem a AML, o Montijo apresenta um conjunto de recursos hospitalares bastante modesto. Na última década mantém-se estável o número de hospitais na Área Metropolitana de Lisboa (um total de 59, 25 públicos, 31 de natureza privada e 3 Parceria público-privada. O concelho do Montijo detém 1 hospital, oferecendo, no entanto, um peso reduzido de camas. Das 10770 camas dos hospitais da Área Metropolitana de Lisboa, o Montijo oferece apenas 25, o que representa 0,5 camas por mil habitantes e regista a segunda mais alta taxa de ocupação (93,6%). Paralelamente, também a dinâmica de atos médicos especializados se encontra diminuta quando comparada com as restantes unidades territoriais, nomeadamente as Cirurgias por dia (N.º) nos hospitais públicos de acesso universal, 496,7. Neste caso, o Montijo é responsável por 7,5 das mesmas, o que perfaz 1,5% destas atividades de, em 2 salas de operação.

A reforçar este posicionamento frágil, o número de Consultas médicas nos hospitais por habitante é bastante diminuta e abaixo dos valores nacionais e da AML (0,2).

Tabela 32 - Recursos hospitalares, 2016

	Hospitais			Equipamento		Movimento de internados	
	Total	Públicos e Parcerias público-privadas	Privados	Camas	Salas de operação	Internamentos	Dias de internamento
Continente	208	105	103	32 004	873	1 100 769	9 197 789
A. M. Lisboa	60	28	32	11 334	304	361 995	3 298 821
Alcochete	0	0	0	0	0	0	0
Almada	1	1	0	547	15	24 829	185 877
Barreiro	1	1	0	326	5	13 285	105 214
Lisboa	35	17	18	5 559	200	212 338	1 600 614
Moita	0	0	0	0	0	0	0
Montijo	1	1	0	25	2	240	8 541
Palmela	0	0	0	0	0	0	0
Seixal	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal	4	2	2	...	...	...	...
Vila Franca de Xira	1	1	0	313	9	16 210	110 280

Tabela 33 - Recursos hospitalares, 2016

	Cirurgias por dia nos hospitais	Consultas médicas nos hospitais por habitante	Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1 000 habitantes	Taxa de ocupação de camas nos hospitais
Continente	2 482,4	1,9	3,3	78,7
A. M. Lisboa	780,3	2,3	4,0	79,7
Alcochete	0,0	0,0	0,0	//
Almada	43,4	1,7	3,2	93,1
Barreiro	10,4	2,1	4,3	88,4
Lisboa	479,9	8,1	11,0	78,9
Moita	0,0	0,0	0,0	//
Montijo	7,9	0,2	0,5	93,6
Palmela	0,0	0,0	0,0	//
Seixal	0,0	0,0	0,0	//
Sesimbra	0,0	0,0	0,0	//
Setúbal	...	...	...	...
Vila Franca de Xira	30,9	1,1	2,2	96,5

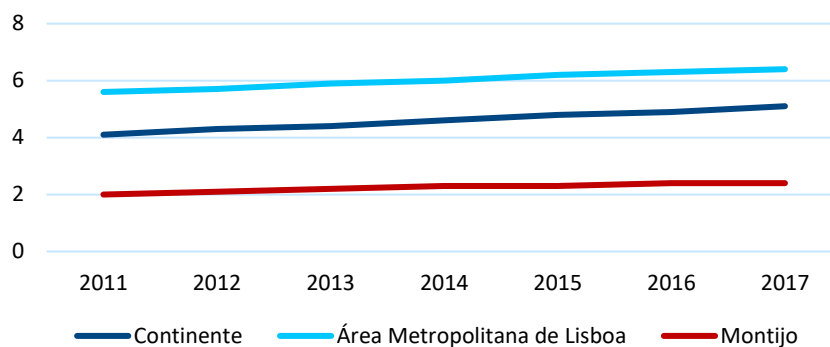
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde.



Uma outra dimensão problema reside na estrutura de recursos humanos de saúde, nomeadamente a dificuldade de recrutamento de médicos de família e especialistas para o concelho. As figuras seguintes mostram uma evolução estagnada ao nível dos recursos de saúde, sobretudo na leitura dos rácios de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes, onde o Montijo apresenta valores claramente abaixo da NUT e do resto do continente. No caso do n.º de enfermeiros por mil habitantes, o panorama é semelhante, registando estes, ainda, um decréscimo no último ano.

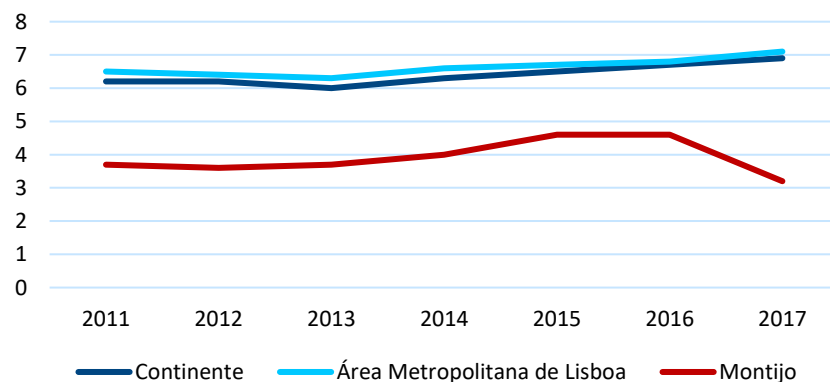
A auscultação dos atores evidencia percepções preocupadas com a falta de médicos de família, embora se preveja a instalação de uma USF que visa contornar aquela carência. Face à dispersão geográfica do território, o apoio ao domicílio é referido como uma resposta fundamental e que garante uma cobertura razoável.

Gráfico 30 - Médicas/os por 1000 habitantes (N.º)



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Gráfico 31 - Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º)



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

Paralelamente, regista-se uma evolução muito frágil, embora se tenha registado um aumento de médicos nos últimos anos (105 em 2011 e 137 em 2017), este não é expressivo e traduz um quadro de menor xxx quando comparada a alguns dos restantes concelhos da AML.



Tabela 34 - Médicos por algumas especialidades médicas

	Médicos			Médicos por algumas especialidades médicas							
	Total	Especialistas	Não especialistas	Cirurgia geral	Estomatologia	Ginecologia e obstetria	Medicina geral e familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria
ontinente	50 100	30 708	19 392	1 654	576	1 676	6 614	1 030	1 140	2 023	1 096
A. M. Lisboa	18 197	11 915	6 282	646	275	650	1 836	474	403	819	468
Alcochete	51	35	16	5	1	3	4	0	1	4	0
Almada	746	474	272	12	13	28	118	10	18	32	9
Barreiro	247	146	101	16	2	4	49	5	3	9	3
Lisboa	9 457	6 512	2 945	332	158	380	748	292	198	457	320
Moita	77	44	33	1	0	2	15	2	1	4	0
Montijo	137	77	60	4	0	4	15	5	3	6	2
Palmela	176	104	72	4	3	7	21	3	9	4	2
Seixal	344	198	146	9	3	11	66	4	5	13	3
Setúbal	566	368	198	33	6	14	85	12	18	26	12
Vila Franca de Xira	237	125	112	9	1	5	39	1	5	7	3

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal da Saúde.

Paralelamente aos problemas latentes na prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, a dimensão problema mais significativa que decorreu do processo de auscultação dos atores do município reside no conjunto de fatores associados à Saúde Mental. Esta é uma dimensão-problema evidente, para o qual faltam respostas especializadas e que pressiona as respostas tradicionais nem sempre são ajustadas às necessidades das pessoas com doença mental, p.ex., regista-se um aumento do número de casos de beneficiários de RSI com doença mental, casos de pessoas com doença mental que não se enquadram em perfil de habitação social. Paralelamente existe uma evidente dificuldade em que as entidades com competência assumam responsabilidades, em especial respostas ajustadas que não passem necessariamente pelo internamento (para o qual há falta de vagas).

À exceção de algumas freguesias, esta dimensão é apontada quase unanimemente como a dimensão mais desafiante do próximo período de programação dos instrumentos de planeamento da Rede Social do Montijo. Nesse contexto, reconhece-se o potencial de atuação da Rede Social na vertente informativa, em particular com a mobilização da Segurança Social e do ACES, bem como no âmbito da prevenção junto da população escolar.

Desenvolvido no âmbito das Plataformas Supraconcelhias da Península de Setúbal e Alentejo Litoral (equivalente à atual NUT III, abrangendo os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines), o Projeto Respostas em Saúde Mental – PreSaMe assume-se como projeto fundamental neste âmbito, como mais-valia e suporte à discussão e tomada de posição, tendo em grande consideração as relações de Parceria, por via da Rede Social, nomeadamente dos Conselhos Locais de Ação Social abrangidos na Plataforma Supra Concelhia.

No âmbito deste trabalho, as entidades participantes referiram como principais problemas a inexistência de respostas sociais para os utentes com perturbação mental enquanto resposta adequada para as suas necessidades. Especificamente, identificaram falta de respostas do setor social a nível de emprego, de comunicação/informação entre entidades e, também dificuldades no acompanhamento dos utentes. No que respeita às necessidades em Saúde Mental, as entidades identificaram necessidades de recursos em estruturas/equipamentos, necessidade de consultas de Saúde pois o número de consultas de especialidades (psiquiatria, pedopsiquiatria e psicologia) é insuficiente para as necessidades dos utentes com perturbação mental, e existe falta das estruturas previstas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, para além de outras estruturas/equipamentos de apoio social como lares.



Competências prioritárias na promoção da saúde mental
As competências identificadas como muito prioritárias foram: • Identificar necessidades/sinais de Alerta • Diagnosticar problemas • Encaminhar para as respostas existentes • Conhecer os determinantes de saúde mental Cruzando as competências classificadas como muito necessárias e necessárias verifica-se que no concelho do Montijo é muito importante, ter conhecimentos nas áreas do diagnóstico da situação em saúde mental, identificando os problemas, necessidades e sinais de alerta e, planejar intervenção participada no sentido da mudança decidida e monitorizar essa intervenção na área da promoção da saúde mental.
Integração em Redes
O questionário interrogava sobre a pertença à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), Rede de Cidades Saudáveis (RCS), Rede de Cidades Educadoras (RCE) e Rede Social (RS) e se a articulação com a Rede Social funciona ou não numa perspetiva de promoção da Saúde Mental. Dos dados obtidos no concelho do Montijo, maioritariamente as entidades referem não pertencer às 3 redes referidas. As entidades apresentam-se divididas quanto à perceção da articulação com a Rede Social funcionar numa perspetiva de promoção da saúde mental, uma vez que 4 entidades auscultadas referem que não funciona e outras 4 entidades referem que sim.
Respostas Sociais
As entidades referiram como principais problemas a inexistência de respostas sociais para os utentes com perturbação mental enquanto resposta adequada para as suas necessidades. Especificamente, identificaram falta de respostas do sector social a nível de emprego, de comunicação/informação entre entidades e, também dificuldades no acompanhamento dos utentes, num total de 10 respostas em falta, identificadas. Entre as respostas que faltam, destaque para a referência aos seguintes elementos: insuficiente número de consultas (de especialidades: psiquiatria, psicologia e pedopsiquiatria) • ausência de estruturas da RNCCI para a Saúde Mental • ausência de outras estruturas de apoio social como lares, centros de dia, centros de Atividades, apoio em AVD e gestão doméstica • Necessidade de melhorar-se a comunicação, interação e informação entre entidades.
Necessidades em Saúde Mental
Quanto às necessidades em Saúde Mental, as entidades transversais identificaram 12 necessidades que se agruparam em duas grandes categorias: Necessidades de Recursos em Estruturas/equipamentos (6) e necessidade de Consultas de Saúde (6). Identificam que o número de consultas de especialidades (psiquiatria, pedopsiquiatria e psicologia) é insuficiente para as necessidades dos utentes com perturbação mental, e existe falta das estruturas previstas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental, para além de outras estruturas/equipamentos sociais específicos para a saúde mental. Outras necessidades referidas, existem quanto à falta de respostas sociais, à necessidade de melhorar a monitorização e acompanhamento dos utentes, promover o acesso à empregabilidade e, melhorar a informação, comunicação e interação entre entidades.

Do ponto de vista da saúde mental foram detetados (dados referentes a 2018) um total de 13801 problemas reportados pelo ACES Arco Ribeirinho. Estes valores são evidentes e expressivos desta dimensão problema. Acresce que o potencial de existência de um número alargado de casos não sinalizados constitui um desafio da Rede Social do Montijo.

Tabela 35 – Tipologia de problemas de saúde mental Montijo

ICPC	N.º de Problemas
Abuso crónico do álcool	349
Abuso agudo do álcool	52
Abuso do tabaco	4 990
Abuso de medicação	7
Abuso de drogas	201
Demência	297
Outras psicoses orgânicas	68
Esquizofrenia	80
Psicose afectiva	169
Distúrbio ansioso / estado de ansiedade	2 395
Somatização	223



ICPC	N.º de Problemas
Perturbações depressivas	4 022
Suicídio / tentativa de suicídio	84
Neurastenia, "surmenage"	104
Fobia, perturbação compulsiva	88
Alterações da personalidade	116
Perturbação hipercinética	124
Stress pós-traumático	59
Atraso mental	92
Anorexia, nervosa, bulimia	28
Outras psicoses, ne	47
Outras perturbações psicológicas	206
Total	13801

Fonte: ACES Arco Ribeirinho

Por outro lado, permanecem inexistentes as respostas sociais destinadas aos públicos com Doença mental, tais como o ForumSócio-Ocupacional, a Unidade de Vida Protegida, Unidade de Vida Autónoma e Unidade de Vida Apoiada. Trata-se de um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Têm como objetivos promover a reabilitação, a autonomia e a integração sócio-familiar e profissional.

Tabela 36 -Caracterização das respostas sociais para Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

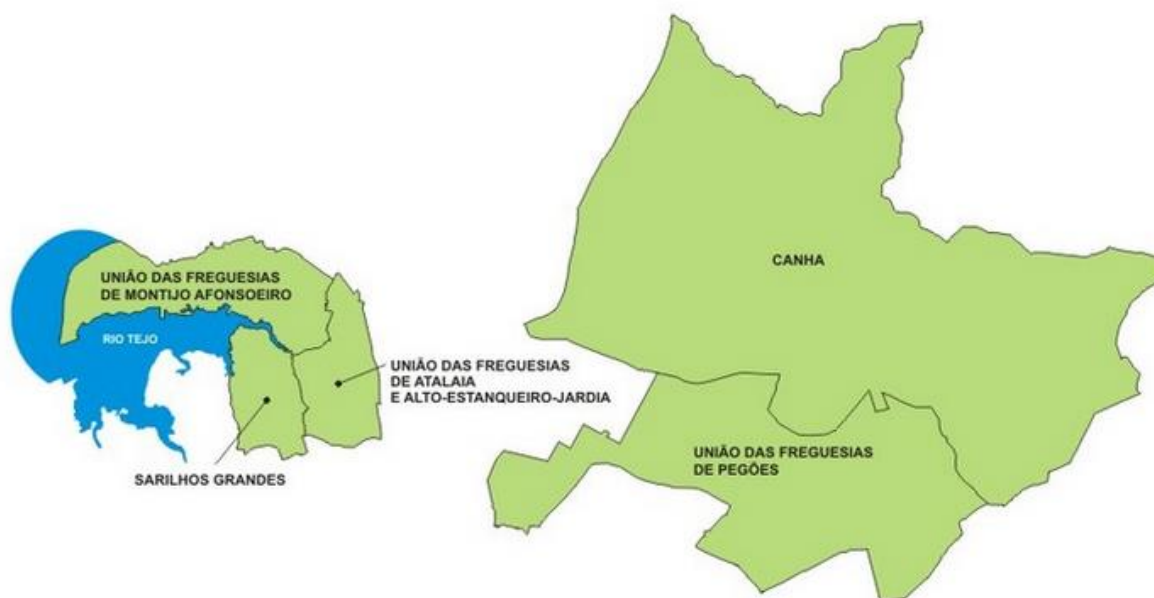
	Forum sócio-ocupacional	Unidade de vida autónoma	Unidade de vida apoiada	Unidade de vida protegida
Descrição	Resposta destinada a jovens e adultos com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizados e que apresentem disfuncionalidades na área relacional, ocupacional e de integração social.	Resposta destinada a jovens e adultos com reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizadas e sem suporte familiar ou social adequado. A pessoa reside num apartamento e recebe apoio no sentido de se integrar em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido.	Resposta destinada a jovens e adultos com elevado grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizados sem autonomia suficiente para poderem organizar sem apoio as atividades de vida diária, sem suporte familiar ou social adequado e não precisem de intervenção médica psiquiátrica a tempo inteiro.	Resposta destinada a jovens e adultos com moderado grau de incapacidade psicossocial clinicamente estabilizados, sem suporte familiar ou social adequado.
Objetivos	- Promoção de autonomia, de estabilidade emocional e de participação social - Promover a autonomia pessoal e relacional - Promover a integração social, familiar e profissional - Integrar em programas de formação profissional, em emprego normal ou protegido - Encaminhar, se necessário, para estruturas residenciais adequadas.	- Proporcionar alojamento - Assegurar a individualização e a estabilidade dos utentes numa vida normalizada, quer socialmente, quer a nível profissional.	- Proporcionar alojamento - Garantir a satisfação das necessidades básicas - Promover programas de reabilitação psicossocial e/ou ocupacionais - Promover a criação ou manutenção da relação familiar	- Promover estratégias de autonomia pessoal social e relacional - Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades - Promover uma relação próxima com a comunidade para uma melhor integração.



Expressão das dimensões-problema: zoom das Freguesias

Os quadros seguintes sintetizam as diversas visões descentralizadas dos presidentes de Junta de Freguesia, com os quais foram realizadas reuniões de trabalho para a identificação das principais dimensões problema das respetivas populações.

Figura 1 Mapa das freguesias do concelho do Montijo



Fonte: <https://www.mun-montijo.pt/pages/491>



**UNIÃO
DE FREGUESIAS**
DE ATALAIA E ALTO ESTANQUEIRO-JARDIA

União das Freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia

Entrevista com Tolentino Gomes (Secretário)

A Freguesia tem uma área de 13,81 Km². e segundo os Censos de 2011, 5.085 habitantes. A Junta de Freguesia não depõe de dados

mais atuais sobre a população, mas tem a perceção de que o saldo populacional é positivo face ao último período censitário, uma vez que tem vindo a atrair população mais jovem.

Rede de atores mais relevantes da freguesia:

- Com participação ativa e estreita articulação com a JF

- Comissão social de Freguesia da Rede Social, com atuação junto da população mais desfavorecida.
- Cáritas, com intervenção no apoio alimentar e dinamização da loja social para a população mais desfavorecida;
- Centro Social São Pedro
- União Mutualista, com casa de acolhimento;
- Santa Casa da Misericórdia.
- Grupos folclóricos e desportivos.
- Escolas/Agrupamento de Escolas, parceiro relevante na implementação de medidas preventivas de combate à doença mental/dependências, entre outras iniciativas.

Domínios	Principais problemas
POPULAÇÃO	
Imigração e etnias	Nos anos mais recentes regista-se uma procura crescente de imigrantes que procuram residência na freguesia, com destaque para oriundos da Ásia que encontram trabalho nas atividades agrícolas. A comunidade cigana que reside na freguesia está bem integrada.
Acessibilidade entre concelho e inter-freguesias	A falta de uma rede pública de transportes limita a acessibilidade inter-freguesias.
EDUCAÇÃO	
Cobertura do ensino pré-escolar	A cobertura dos equipamentos de creche é bastante positiva.
SOCIAL e FAMÍLIAS	
Casos de pobreza e exclusão social	A Comissão Social de Freguesia é ativa e tem vindo a acompanhar situações-problema, garantido a proximidade do acompanhamento prestado, no âmbito do qual não se registam casos críticos.
SAÚDE	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	Existe uma boa cobertura dos equipamentos de saúde para cuidados básicos, registando-se a insuficiente cobertura de médico de família como a única dimensão mais frágil
MERCADO DE TRABALHO	
Desemprego	O emprego existente distribui-se maioritariamente em atividades industriais e em atividade agrícola nas estufas, com taxas de desemprego residuais.



 Freguesia de Canha Entrevista com Armando Piteira A freguesia ocupa uma área de 211km² e cerca de 2000 habitantes. A Junta de Freguesia não dispõe de dados mais atuais de caracterização, para além dos dados do Censos 2011. Rede de atores mais relevantes da freguesia: - Com participação ativa e estreita articulação com a JF • Santa Casa da Misericórdia • Casa do Povo • GNR - Com fracas práticas de cooperação • Associativismo.	
Domínios	Principais problemas
POPULAÇÃO	
Envelhecimento	Estima-se que cerca de 75% da população residente tenha idade igual ou superior a 65 anos, sendo o isolamento o aspeto mais crítico, pois uma parte reside em habitações dispersas no território o que dificulta a capacidade de acompanhamento da população nestas condições, nomeadamente as iniciativas de envelhecimento ativo dinamizadas pelas oficinas da Universidade Sénior, que continuam a registar pouca adesão da população mais isolada.
Imigração e etnias	O crescimento do fluxo de imigrantes que se pretende fixar na freguesia, maioritariamente Nepaleses e Indianos, é a maior preocupação atual dos representantes da Junta de Freguesia. A maioria não se encontra em situação legal porque não têm contrato de trabalho e desistem do processo de legalização, o que condiciona a margem de intervenção das instituições públicas. A intervenção junto desta comunidade tem beneficiado da ação da Cáritas, que disponibiliza atualmente uma escola para o ensino da língua portuguesa e cursos que permitem a obtenção do 9.º ano de escolaridade.
EDUCAÇÃO	
Cobertura do ensino pré-escolar	A oferta atual de pré-escolar (composta por uma escola da rede pública e outra da rede privada), assim como de 1.º ciclo do Ensino Básico, excede a procura existente, uma vez que a freguesia é marcada por um problema de envelhecimento da população.
SOCIAL e FAMÍLIAS	
Casos de pobreza e exclusão social	Não são conhecidos casos extremos de pobreza, sendo a população mais desfavorecida apoiada pela Segurança social (através de um serviço descentralizado).
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	De uma forma geral, não são reconhecidas dificuldades acentuadas de acesso da população aos serviços públicos, apesar da distância entre a freguesia e a maior parte dos serviços municipalizados. Para colmatar as dificuldades inerentes à distância geográfica, a Junta de Freguesia assegura transporte semanal para a deslocação da população à freguesia de Vendas Novas, o que facilita o acesso a serviços administrativos que são lacunares na Freguesia.
SAÚDE	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	O acesso aos cuidados de saúde básicos está globalmente assegurado. Contudo, o acesso a serviços especializados é dificultado pela distância à sede do concelho.
MERCADO DE TRABALHO	
Fraco dinamismo empresarial e económico	A dinâmica económica caracteriza-se pela sazonalidade. Por outro lado, há um desfasamento entre a oferta e a procura, como aconteceu recentemente no âmbito da abertura de dois concursos para contratação de técnicos para a Junta de Freguesia, cujas vagas ficaram por preencher por falta de candidatos.



União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Entrevista com: Helena Amaral e Carla Borbinha

A superfície territorial resultante da agregação das freguesias de Montijo e de Afonsoeiro corresponde a cerca de 55% de toda a superfície oeste do concelho. Do ponto de vista populacional, concentrava, em 2011, cerca de 72% da população residente do concelho, virtude da sua natureza urbana e centralidade.

A capacidade de atração populacional da freguesia é também evidente na evolução do indicador de natalidade, o qual evoluiu favoravelmente entre 2001 e 2011, naturalmente associado à fixação de população ativa jovem.

Rede de atores mais relevantes da freguesia:

- Com participação ativa e estreita articulação com a JF

- SCM intervém nas respostas aos sem-abrigo
- CPCJ
- Centro de Saúde/ACES

- Com fracas práticas de cooperação

- IPSS – Lares.
- Segurança Social – continua a reportar-se falhas na articulação das respostas sociais.

Domínios	Principais problemas	Ações prioritárias
POPULAÇÃO		
Envelhecimento	O isolamento social da população idosa é um fenómeno a que a Junta de Freguesia não consegue dar uma resposta cabal, pese embora tenha conhecimento de situações críticas, sinalizadas pela PSP. Ao contrário do que acontece nas zonas rurais, onde existem relações de solidariedade intergeracional, no território urbano do Montijo perderam-se as relações de vizinhança e agravou-se o isolamento dos idosos, o que exige mais ação por parte das entidades responsáveis.	Projetos de solidariedade intergeracional de combate ao isolamento da população idosa. Oficinas <i>séniors</i> . Criação de gabinete de apoio com serviços personalizados para a população sénior (juntas médicas, gestão de casos, isenção de taxas moderadoras, assuntos de Saúde e Segurança Social, etc).
Imigração e etnias	Nota-se um crescimento acentuado da população migrante que procura fixar-se no concelho, em particular com origem nos PALOP, Brasil e Venezuela. A comunidade cigana está globalmente bem integrada virtude da experiência de projetos comunitários levados a cabo no <i>Bairro do Esteval</i> e no <i>Bairro da Caneira</i> , que alojam a maior parte da comunidade cigana. Contudo, continua a haver necessidade de manter intervenções específicas de integração social da comunidade cigana.	
Acessibilidade entre concelho e inter-freguesias	A mobilidade inter e intra freguesias é uma dificuldade devido à grande dispersão geográfica do território e a uma resposta insuficiente da rede privada de transportes na ligação entre freguesias.	
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)	O território integra três bairros sociais, o Bairro Caneira, o Bairro Esteval e do Pica Pau.	
EDUCAÇÃO		
Cobertura do ensino pré-escolar	A cobertura de creches é um fator de atratividade, dado que as respostas cobrem a procura existente.	
SOCIAL e FAMÍLIAS		
Casos de pobreza e exclusão social	Pese embora não se tratar ainda de uma situação alarmante, alerta-se para o aparecimento de casos recentes de pessoas em situação de sem-abrigo (5 casos em 2 meses), resultado do aumento de rendas que se tem feito sentir nos últimos tempos, não havendo centros de abrigo para dar resposta a estes novos casos. Também se assiste a um aumento recente dos pedidos de ajuda alimentar.	Projeto para centro de abrigo a sem-abrigos (temporário) com apoio individualizado para definição de projetos de vida e encaminhamento para espaços para pernoitar.



Domínios	Principais problemas	Ações prioritárias
SOCIAL e FAMÍLIAS		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)	O número de casos de RSI é monitorizado e tem vindo a crescer devido a casos de endividamento, bem como casos associados à problemática da saúde mental. Continua a haver falhas na articulação de respostas da Segurança Social, lacuna de recursos humanos e listas de espera em equipamentos sociais relevantes, como os lares.	
Desagregação familiar/Relações familiares	Reconhece-se a mais valia dos equipamentos e respostas existentes no concelho em matéria de apoio a vítimas de violência doméstica (Casa abrigo e Espaço informação mulheres). No entanto, mantêm-se lacunas na capacidade de resposta à problemática da violência doméstica, que são de âmbito nacional e não específicas do concelho, como falta de mecanismos de intervenção junto dos agressores.	
SAÚDE		
Saúde mental	O acesso aos cuidados de saúde não constitui matéria crítica, com exceção da saúde mental. Os casos sinalizados surgem por vezes associados a alcoolismo e dependências e representam uma dimensão-problema para a qual se identifica a necessidade de dotar a população de um conhecimento mais generalizado acerca das respostas existentes, incluindo informação sobre apoios e ajudas técnicas disponíveis. A incapacidade de resposta dos serviços públicos com listas de espera significativas, como os lares da Segurança Social, dificultam uma resposta ajustada ao problema dos utentes e das suas famílias. Por outro lado, faltam medidas ajustadas a este tipo de problemas para os quais as respostas mais tradicionais são pouco ajustadas. Com efeito, as respostas existentes são adequadas a casos extremos, mas faltam respostas intermédias para casos médios. A este nível, tem havido um investimento importante dos serviços da Câmara Municipal em ações de prevenção na área das dependências, pelo que é ao nível das respostas de intervenção dirigidas aos doentes e seus cuidadores que reside a maior lacuna.	Projeto direcionado para a intervenção articulada de respostas dirigidas e doentes e cuidadores de pessoas com doença mental
MERCADO DE TRABALHO		
Desemprego	Do ponto de vista estatístico, os dados mais recentes apontam para a descida das taxas de desemprego. Contudo, parte importante do emprego criado é precário e fortemente dependentes das medidas ativas de emprego accionadas para responder ao aumento exponencial do desemprego que resultou da recente crise económica e financeira. Assim, existe a perceção de que no caso dos territórios mais urbanos, apesar de a taxa de desemprego não ser acentuada, a falta de qualidade dos empregos criados pode estar a “camuflar” uma tendência de degradação das condições de vida da população ativa.	



 <i>União das Freguesias de Pegões</i> Entrevista com António Miguens A Freguesia cobre uma área de 79,77 km² de área e cerca de 3 913 habitantes (2011). A Junta de Freguesia não dispõe de dados mais atuais de caracterização, para além dos dados do Censos 2011. Rede de atores mais relevantes da freguesia: - Com participação ativa e estreita articulação com a JF • Paróquia, incluindo no âmbito de iniciativas dirigidas à população emigrante.		
Domínios	Principais problemas	Ações prioritárias
POPULAÇÃO		
Envelhecimento	A Academia sénior é a ação mais regular para a promoção do envelhecimento ativo da população idosa que caracteriza a população residente.	
Emigração	A Freguesia regista um crescimento acentuado do fluxo de imigrantes, estimado em cerca de 400 novos pedidos de autorização de residência diários, desde o início de 2018. Na maioria dos casos trata-se de imigração de famílias, entre as quais cerca de 30 crianças estão já inseridas na rede pública escolar. A Paróquia tem vindo a organizar aulas de Português para estrangeiros, apesar de não se tratar de uma oferta certificada e sem articulação com o CLAI.	Projeto de integração de imigrantes que permita conhecer as necessidades do fluxo recente de imigrantes.
EDUCAÇÃO		
Cobertura do ensino pré-escolar	Existe uma boa cobertura dos equipamentos escolares, com estabelecimentos até ao 3.º ciclo de Ensino Básico e estando em projeto a construção de um novo Centro Escolar. Contudo, há falta de respostas para a ocupação dos tempos livres dos jovens nos períodos não letivos.	Projeto de oferta de tempos livres para jovens
SOCIAL e FAMÍLIAS		
SAÚDE		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	O acesso aos cuidados de saúde básicos está globalmente assegurado através de duas extensões do Centro de Saúde. Apenas nos períodos de férias ocorrem situações mais críticas de gestão destes equipamentos.	
MERCADO DE TRABALHO		
Fraco dinamismo empresarial e económico	A dinâmica de emprego na freguesia é considerada um caso raro de pleno emprego associado em grande parte à atividade das estufas.	



**Freguesia de Sarilhos Grandes**

Entrevista com Fernando Raimundo Machado.

Sarilhos Grandes é uma freguesia do concelho de Montijo, com 11,69 km² de área e 3.424 habitantes (2011), com uma densidade populacional é 292,9 hab./km², localizando-se na zona Oeste do concelho de Montijo, que pertence ao Distrito de Setúbal. As atividades económicas mais vulgares são a agricultura, floricultura, fabrico de mobiliário, serração de mármore, serralharia civil e comércio. A Junta de Freguesia não dispõe de dados mais atuais de caracterização, para além dos dados do Censos 2011.

Rede de atores mais relevantes da freguesia:

- Com participação ativa e estreita articulação com a JF

- Paróquia
- Escolas

- Com fracas práticas de cooperação

- Coletividades: destaca-se a Academia Musical União e Trabalho tem 102 anos de existência e dedica-se a atividades desportivas e música; bem como a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos. Ambas não têm uma participação ativa na Rede Social.

Domínios	Principais problemas
POPULAÇÃO	
Imigração e etnias	Existe uma expressão relevante de imigrantes de origem romena, asiática e mais recentemente de nepaleses, sendo que os dois primeiros grupos estão já relativamente bem integrados do ponto de vista social e das condições de trabalho e habitação, não sendo conhecidas necessidades específicas a esse nível.
Acessibilidade entre concelho e inter-freguesias	A acessibilidade não constitui um problema, mas antes um ativo da freguesia porque a proximidade ao centro do Montijo e os bons acessos rodoviários a cidades limítrofes, incluindo Lisboa, facilitam a fixação de população.
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)	Os condicionalismos criados pelo Plano diretor Municipal [PDM] para o aumento da área habitacional da freguesia são encarados como o principal obstáculo para a melhoria de condições de fixação da população, sobretudo população jovem. Esta dificuldade tem reflexos noutras dimensões-críticas, em particular em relação à incapacidade de manter ativas as duas escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico da freguesia, para além de condicionar um maior dinamismo da economia local.
EDUCAÇÃO	
SOCIAL e FAMÍLIAS	
Casos de pobreza e exclusão social	Não são conhecidos casos de pobreza extrema sem assistência. Desde 2001 que a Junta de Freguesia implementou um projeto dedicado à sinalização e resposta a às situações de pobreza e exclusão social, que tem permitido dinamizar um banco alimentar para assistência a cerca de 60 famílias, o qual conta com a participação da JF e de empresas locais. Os casos conhecidos têm vindo a diminuir (estão atualmente sinalizados 35 a 40 casos), bem como a frequência da assistência alimentar prestada (1 vez por mês).
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	Não se reportam dificuldades em matéria de acesso a equipamentos sociais, existindo inclusive uma rede privada que complementa a oferta pública e garante condições globalmente favoráveis de acesso a equipamentos sociais.
SAÚDE	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	Em matéria de respostas na área da saúde, não são identificadas lacunas, sendo os cuidados básicos assegurados pelo Centro de Saúde do Afonsoeiro e do Montijo, para os quais existem boas acessibilidades.
MERCADO DE TRABALHO E ECONOMIA	
Fraco dinamismo empresarial e económico	Existe um fraco dinamismo económico, com apenas 2 a 3 empresas expressivas do ponto de vista da criação de emprego e uma estrutura produtiva local em que predomina o setor da agricultura e silvicultura, bem como a restauração, sobretudo de âmbito familiar. Não existe um apuramento atualizado do total de desempregados na freguesia, mas reconhece-se que há um problema de fraca empregabilidade, contudo, esta é mitigada pela proximidade com centros urbanos mais ativos.



DESAFIOS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O vasto conjunto de elementos de caracterização apresentados ao longo deste documento constituem uma base de conhecimento fundamental para o desenho de uma estratégia robusta e consistente de desenvolvimento social para o concelho do Montijo no horizonte temporal de 2020. Mais do que proceder a um resumo desses elementos, pretende-se agora identificar, de forma ainda exploratória, os desafios centrais que emergem da caracterização realizada e que, por se considerarem cruciais para o futuro do concelho, poderão constituir-se enquanto temas federadores do processo de elaboração e subsequente operacionalização do novo Plano de Desenvolvimento Social para o concelho.

Neste contexto, o primeiro desafio que se considera ser merecedor de especial atenção prende-se com o desenvolvimento de abordagens integradas à intensificação tendencial do processo de garantia de existência de respostas sociais lacunares, pontuada pelo aumento da esperança média de vida e pelo peso crescente que a população sénior irá progressivamente assumir no seio da comunidade local.

O segundo desafio que interessa aqui destacar prende-se com o fomento de oportunidades de qualificação para a globalidade da população residente no concelho, e combinando a tendência para o aumento global dos níveis de escolarização por parte dos segmentos mais jovens com a mitigação dos défices que ainda impendem sobre uma parcela muito substancial daqueles que já abandonaram o sistema educativo.

O terceiro desafio relevante, ainda que largamente dependente de dinâmicas não exclusivamente sociais, prende-se com a incidência de problemas de saúde mental e a necessidade da sua sinalização, sensibilização e criação de respostas adequadas. Paralelamente, importa equacionar o desenho de projetos que sinalizem os principais problemas de saúde e causas de morte e promovam a saúde das populações e que tornem efetivo o lema do Montijo como concelho saudável.

O quarto desafio encontra-se referenciado ao conjunto e a cada um dos grupos que apresentam maior vulnerabilidade social (famílias com grave carência económica, pessoas com deficiência e incapacidade, crianças e jovens em risco, vítimas de violência doméstica e novas populações imigrantes etc.) e prende-se com a necessidade de promover práticas de intervenção mais amplas e inclusivas, mitigando assim os efeitos contraproducentes que a excessiva compartimentação e pulverização de abordagens e estruturas tende a gerar em termos de eficácia e eficiência.

Finalmente, o quinto desafio-chave define-se pela sua transversalidade e prende-se com o imperativo de encontrar novos modelos e soluções de provisão de serviços coletivos nas zonas do território concelhio mais afetadas por processos de despovoamento, combatendo assim as assimetrias que a escassez de massa crítica tem vindo a impor às comunidades aí residentes.

Como rapidamente se depreende, a amplitude dos desafios identificados convoca a multiplicidade de agentes que atualmente operam no concelho de Montijo para uma reflexão conjunta sobre as formas de intervenção que poderão ser concebidas para responder às necessidades emergentes, abrindo espaço ao aprofundamento e aperfeiçoamento de parcerias orientadas para entregar resultados mais robustos. É a esse nível, portanto, que se espera que a Rede Social do Montijo produza valor acrescentado para os seus membros e para a comunidade que servem.

Paralelamente, existem desafios internos ao próprio funcionamento das Redes Sociais e todo o território continental, nomeadamente dificuldades na comunicação, elevado número de entidades parceiras, os horários das reuniões, os diferentes níveis de envolvimento e participação dos parceiros, entre outros. Nesse sentido, é possível majorar oportunidades que a atual dinâmica da Rede Social do Montijo oferece. Salientam-se, como pontos fortes que recolhem mais consenso: Existir boa articulação entre entidades, promover rentabilização/economia de recursos, permitir replicação de projetos ou experiências noutros territórios e proporcionar divulgação da informação, Atividades ou respostas.



Expressão das dimensões- problemas no concelho

Este ponto apresenta o essencial da visão cruzada dos atores auscultados nos trabalhos de preparação do Diagnóstico Social e de Saúde da Rede Social do Montijo. A informação recolhida através de um conjunto de entrevistas e no âmbito de uma sessão coletiva focada na priorização de dimensões-problema do concelho foi fundamental para suprir lacunas de informação dos sistemas de informação/estatísticas oficiais e obter um retrato do concelho e de cada uma das freguesias que o compõem, assente no conhecimento e experiência de um conjunto alargado de Entidades e atores que partilham responsabilidade no desenvolvimento social do território.

O ponto que se segue apresenta o essencial da informação recolhida, triangulada pelos vários atores auscultados, onde se distingue um primeiro plano de leitura global, i.e., ao nível do concelho, e um segundo plano de zoom à realidade de cada freguesia, de forma a apreender as especificidades do território.

Nesta lógica, trata-se de uma componente de diagnóstico complementar da leitura de indicadores estatísticos apresentada anteriormente, estruturada a partir de domínios-chave e dando conta dos diferentes graus de expressão e intensidade que os problemas assumem em cada contexto territorial, bem como da maior ou menor margem de intervenção por parte dos atores locais e, em particular, da Rede Social.

Ora, como fica patente da leitura dos indicadores estatísticos mais relevantes, o concelho do Montijo é um território com problemáticas pouco diferenciadas, pois no geral não se identificam problemas críticos expressivos, mas antes desafios para uma melhor e mais eficaz resposta às necessidades da população e aos desafios futuros de desenvolvimento do território. Assim, a expressão dos domínios-problema que a seguir se apresenta tem como ponto de partida um contexto equilibrado de desenvolvimento, pese embora se observem áreas-críticas que devem merecer uma resposta mais assertiva no quadro do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde em elaboração.

Assim, sempre que os elementos recolhidos forem suficientes para diferenciar os graus de gravidade dos problemas diagnosticados, opta-se por distinguir os graus de prioridade a assumir pelas dimensões-problema no quadro do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde, em concreto.

Outras áreas que emergem como relativamente críticas, tais como as dependências, a emigração, as pessoas com deficiência, as crianças com necessidades educativas especiais, e a prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, a saúde mental da população, merecem também ser objeto de melhor apuramento de dados para se avaliar bem o impacto que têm sobre a população da Montijo e o efeito que produzem em termos de vulnerabilidade da população face à pobreza e à exclusão social. Este tipo de confronto entre dados torna-se em si mesmo um exercício muitíssimo importante a reter do ponto de vista do planeamento estratégico, pois implica aprofundar as causas que estão por detrás de determinados posicionamentos e, por outro lado, aprofundar a dimensão analítica dos dados, sempre que tal seja possível.

Tabela 37 - Posicionamento relativo do Montijo sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano

	Montijo
Dinâmicas demográficas	
Quebra da natalidade	
Emigração	
Imigração	
Lacunas da oferta de educação-formação existente	
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho	
Grau de habilitações da população ativa residente	
Envelhecimento/dependência de idosos	
Índice de Dependência Total	
Insucesso escolar	
Abandono escolar	

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-



Tabela 38 - Posicionamento relativo do Montijo sobre dimensões problema relativos ao Emprego e Rendimentos

	Montijo
Desemprego total	
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)	
Desqualificação do trabalho	
Poder de Compra	
Desigualdade salarial	
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)	
Dinâmica empresarial/empreendedorismo	
Habituação (Disponibilidade)	
Habituação (acessibilidade e taxa de esforço)	

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Tabela 39 - Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Capital Inclusivo

	Montijo
Violência de género	
Crianças e jovens em risco	
Pessoas com deficiência	
Criminalidade	
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais	
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	
Cobertura do ensino pré-escolar	
Desigualdades de género no acesso ao emprego	
Falta de competências parentais	

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Tabela 40 - Posicionamento relativo da Montijo sobre dimensões-problema Saúde e Dependências

	Montijo
Saúde mental	
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados	
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)	
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais	
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade	

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-



PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Diagnóstico Social como elemento estratégico para a Avaliação.

No quadro de elaboração deste Diagnóstico Social procurou-se evidenciar através de dados objetivos constrangimentos em diferentes áreas que possam ser tidos em conta na elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento local de Montijo nos próximos anos. A apresentação desses dados constitui do ponto de vista formal elementos importantes e decisivos para o processo estratégico de avaliação. A necessidade de serem trabalhados dessa forma emergiu também de uma perceção, tornada entretanto evidente, de que havia algumas fragilidades nesta matéria observáveis a partir dos próprios instrumentos de planeamento elaborados até ao presente.

Assim, as matrizes que estruturam este Diagnóstico Social, sobretudo os seus elementos quantitativos, apresentam o primeiro conjunto de indicadores que devem ser usados em exercícios de avaliação, conhecidos por *Baselines*. Este tipo de indicadores evidencia, nesta fase do modelo lógico de intervenção, os constrangimentos e representam a linha de partida antes de existir uma estratégia. A importância deste tipo de indicadores é crucial pois eles servem de base ao cálculo de qualquer outro tipo de indicador (*meta*, *indicador de execução*, *indicador de realização*) que integram o conjunto de indicadores de qualquer estratégia de monitorização e avaliação.

Sem este tipo de indicadores, explorados ao nível de um Diagnóstico Social, dificilmente se pode estruturar um processo de monitorização/avaliação com qualidade. A própria qualidade de uma estratégia de intervenção conclui-se, em parte, pelo facto de ter sido capaz de minimizar os constrangimentos objetivos que se apresentavam antes de ser posta em prática.

Em síntese, a dificuldade em recuperar os elementos de diagnóstico para os momentos de planeamento estratégico resulta, em parte, da escassez de informação analítica que os próprios elementos de diagnóstico acabam por produzir e, por outro, na dificuldade em olhar esses elementos de diagnóstico como indicadores de partida – as tais *baselines*.

A produção de indicadores constitui uma ferramenta de base para se poder acompanhar a evolução da situação diagnosticada assim que esta é objeto de uma intervenção estratégica e para avaliar o efeito das medidas tomadas.

Qualquer Diagnóstico Social pode concluir que em determinadas áreas há dados que evoluem num sentido positivo, mas se não existirem ferramentas de controlo sobre os efeitos ou os impactos da ação da rede sobre essa realidade, dificilmente se poderá chegar a uma conclusão do tipo causa-efeito.

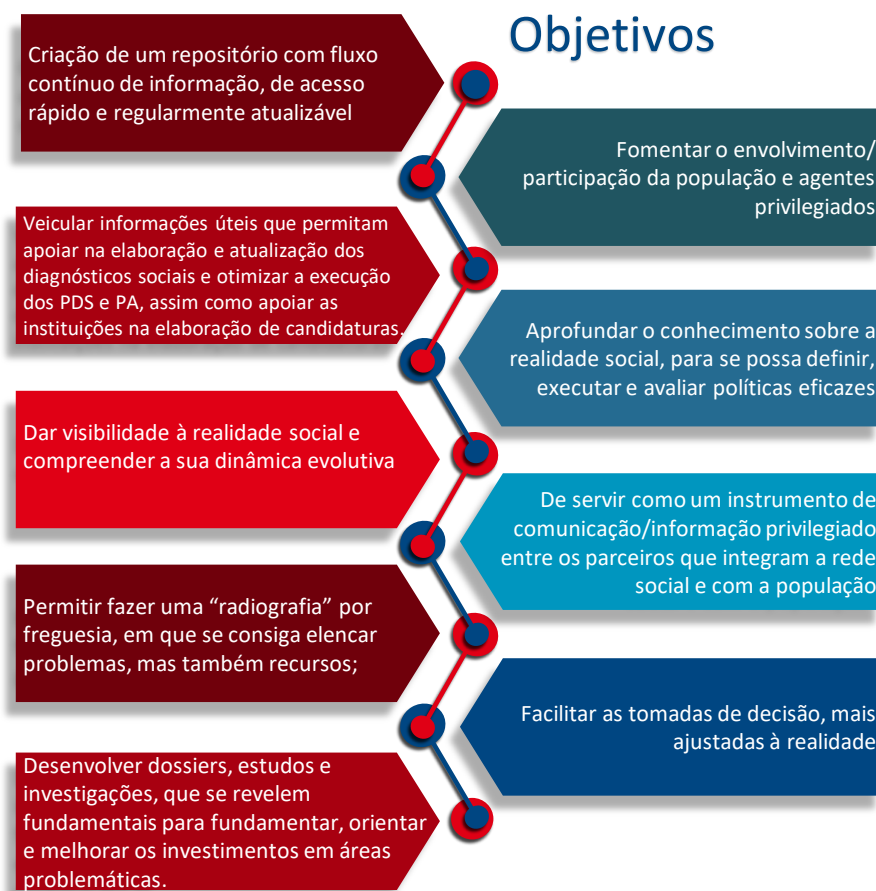
Observatório Social e de Saúde: Princípios funcionais e estrutura base

A lógica da criação de um Observatório Social e de Saúde faz parte integrante do atual processo de atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social do Montijo, mas igualmente como instrumento fundamental para os posteriores trabalhos de monitorização e avaliação das atividades da Rede Social. Os seus elementos estruturantes e respetivos indicadores inserem-se nesta fase com o intuito de combater a insuficiente informação estatística e qualitativa ao nível do concelho, não menosprezando um nível mais micro (freguesia).

A dispersão de informação, muitas vezes desarticulada em relação a determinadas áreas e a insuficiência de estudos acerca de determinados fenómenos dificulta uma análise mais profunda da realidade. A este facto, alia-se a necessidade de mudança de práticas de trabalho/registo e de partilha de informação por parte das entidades. Nesta lógica, o Observatório constitui uma ferramenta que poderá assentar uma plataforma informática on-line com informação partilhada pelos parceiros da Rede Social e capaz de ser uma ferramenta que promova a atualização dos indicadores sociais e de saúde do concelho com base do Diagnóstico Social e Perfil de Saúde. A insuficiente existência de informação concentrada num único repositório, relativamente a vários indicadores, foi o motivo deste impulso. O Observatório pretende ser um instrumento, de fácil acesso e leitura, ao dispor de toda a comunidade, onde se privilegia a apresentação dos principais indicadores que permitem caracterizar cada uma das freguesias nas várias áreas e dinâmicas.



Para tal, seria desejável criar um instrumento que permita alcançar o seguinte conjunto de objetivos:



Neste sentido e tendo como principal finalidade o incremento da capacidade institucional, o Observatório pretende colmatar as principais necessidades DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO permitir responder a um conjunto de funcionalidades



A estrutura base draft dos elementos que estruturam o Observatório encontra-se num formato MsExcel que acompanha o presente documento.

SISTEMA DE GOVERNANÇA -OBSERVATÓRIO SOCIAL E DE SAÚDE

Para a exequibilidade e animação do Observatório torna-se fundamental o desenho e criação de um sistema de governança. Este permitirá criar um sistema de responsabilidade e validação por área, como por exemplo os representantes de cada grupo de trabalho temático, incluindo a nomeação da Figura do gestor de informação.

Este sistema de govenança será, naturalmente, desenvolvido na fase do desenho do PDS e do Plano de Ação, no sentido de mobilizar e contratualizar responsabilidades na respetiva implementação. Trata-se de mapear a estrutura de parceria e definir responsabilidades, quer na implementação do PDS, quer do Observatório Social e de Saúde.

CENTRO DE RECURSOS

Para um melhor mapeamento das da estrutura de parceria e outros atores relevantes no território para a implementação do PDS e da recolha de informação para o Observatório, o Centro de recursos encontra-se sistematizado no produto draft em formato MsExcel que acompanha o presente documento.



Nota explicativa dos campos do Observatório

Tipo	Indicador de base	Indicador secundário	Contexto geográfico	Evoluções
	Periodicidade de recolha regular	Periodicidade de recolha variável	Periodicidade de recolha regular	Periodicidade de recolha regular
	Perspetiva comparativa - concelho, AML e Continente	Perspetiva comparativa e não comparativa (somente concelho)	Perspetiva comparativa - concelho, AML e Continente	Perspetiva comparativa - concelho, AML e Continente
			Caracterização da dimensão geográfica	Evoluções de indicadores gerais
Capítulo	Dimensão do Diagnóstico Social e de Saúde onde está integrado			
Fonte	Fonte			
Designação	Designação e forma de cálculo			
Ano	Ano de referência			
Unidade	Unidade de medida.			

Descrição das Fontes	INE-Censo	ISS Montijo	IEFP/MTSS	IEFP	INE - IEPF	INE- ME	INE - MAOT	INE - MAI	ISS
	Estatísticas oficiais, a atualizar no período 2021	Indicadores Sociais da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal-concelho do Montijo (2018, 2017 e 2016, com dados reportados a Dez de 2017, 2016 e 2015, respetivamente)	Estatísticas oficiais das áreas do Emprego, da Formação Profissional, do Trabalho e da Segurança Social	Boletim mensal das estatísticas do Emprego	Estatísticas do Emprego disponibilizadas pelo INE	Estatísticas da Economia disponibilizadas pelo INE	Estatísticas do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia disponibilizadas pelo INE	Estatísticas sobre migração disponibilizadas pelo INE	Estatísticas oficiais da Segurança Social



OBSERVATÓRIO SOCIAL E DE SAÚDE

Estrutura de domínios e indicadores

POPULAÇÃO

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% pop. >4 anos com deficiência (nº de deficiências)	% pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	% Pop. 15-64 anos incapacitada permanentes para o trabalho face ao total da pop. ativa de 15-64 anos	% pop. De 25-64 anos incapacitadas permanentes para o trabalho face ao total da pop. ativa de 25-64 anos	% Mulheres 15-64 anos incapacitadas permanentes para o trabalho face ao total das mulheres ativas de 15-64 anos	% Homens 15-64 anos incapacitados permanentes para o trabalho face ao total dos homens ativos de 15-64 anos
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%	%	%	%

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% famílias com encargos de habitação (no total de famílias)	% famílias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	% de famílias em alojamentos partilhados	% de famílias em alojamentos clássicos super-lotados	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem banho	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem água
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%	%	%	permilagem

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhas face ao total de pessoas com mais de 65 anos	% famílias com 5 ou mais pessoas	% núcleos familiares com 3 ou mais crianças	% pessoas em famílias em que a maioria dos activos está desempregada	% famílias monoparentais no total de famílias com núcleo	% núcleos familiares monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%	%	%	%



Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% famílias monoparentais com 2 ou mais filhos no total de famílias com núcleo	% núcleos familiares monoparentais com 2 ou mais crianças	% famílias polinucleares nas famílias com núcleos	% pessoas em famílias institucionais	% pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos	% de população residente de nacionalidade estrangeira
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	permilagem	%	%	%	permilagem

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	anual
Capítulo	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - MAI
Designação	% de população de nacionalidade estrangeira de - Ásia, África, América do Sul e Europa de leste	% de residentes no estrangeiro em países da Ásia, África, América do Sul e da Europa de leste que o concelho atraiu, relativamente a 2005	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 hab. (triénio 2015-16-17)
Ano	2011	2011	Média do triénio 2015-2017
Unidade	permilagem	permilagem	%

EDUCAÇÃO

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	ind. 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	ind. 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	% pop 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	Taxa de Analfabetismo	população >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	% população residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	taxa	taxa	%	taxa	%	%

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% população residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	% população ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	% população ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico
Ano	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%



AÇÃO SOCIAL e FAMÍLIAS

Tipo	Indicador base	Indicador sec.	Indicador sec.	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	anual	anual	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS
Fonte	INE - Censo 2011	ISS Montijo	ISS Montijo	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	N.º de Pensionistas da Pensão Social	Variação do n.º de Pensionistas da Pensão Social	% pop. cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos)	% pop. cujo principal meio de vida é a reforma ou pensão (na pop. 15 ou mais anos)	% pop. desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos)
Ano	2011	2017	dif 2017-2015	2011	2011	2011
Unidade	permilagem	nº	nº	%	%	%

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	anual	anual	anual	anual	anual	anual
Capítulo	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS
Fonte	INE	INE	INE- ME	INE	INE	ISS Montijo
Designação	Índice de Poder de Compra - Indicador per Capita	Índice de Poder de Compra - Indicador per Capita	TCO Ganho médio mensal (euros)	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. em idade ativa (média do triénio 2015-16-17)	SS - valor médio anual das pensões (média do triénio 2015-2017)	Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos
Ano	2011	2015	2016	Média do triénio 2017-2015	Média do triénio 2017-2015	2017
Unidade	taxa	taxa	nº	permilagem	nº	nº

Tipo	Indicador sec.	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual	anual	anual
Capítulo	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS	SOCIAL E FAMÍLIAS
Fonte	ISS Montijo	INE	INE
Designação	Variação do n.º de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos	índice de dependência de idosos	índice de envelhecimento
Ano	dif 2017-2015	2017	2017
Unidade	nº	nº	nº

SAÚDE

Tipo	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual	anual
Capítulo	SAÚDE	SAÚDE
Fonte	INE	INE
Designação	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (triénio 2015-16-17)	Médicas/os por 1000 habitantes (triénio 2015-16-17)
Ano	Média do triénio 2015-2017	Média do triénio 2015-2017
Unidade	permilagem	permilagem



Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual
Capítulo	SAÚDE
Fonte	ACES
Designação	Pessoas identificadas com problemas de Saúde Mental, por tipo de problema
Ano	2018-2020
Unidade	

Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual
Capítulo	SAÚDE
Fonte	ACES
Designação	Médicos por especialidade
Ano	2018
Unidade	

Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual
Capítulo	SAÚDE
Fonte	ACES
Designação	Prevalência de doenças, por tipologia
Ano	2018
Unidade	

Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	Semestral
Capítulo	SAÚDE
Fonte	ACES
Designação	População inscrita sem médico de família
Ano	2018-2020
Unidade	

Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual
Capítulo	SAÚDE
Fonte	ACES , IPSS, SCMM
Designação	Nº de utentes com demência
Ano	2018-2020
Unidade	

Tipo	Indicador base
Periodicidade da recolha	anual
Capítulo	SAÚDE
Fonte	Rede Social
Designação	Dinâmicas de atividade física da população
Ano	2018-2020
Unidade	



MERCADO DE TRABALHO

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	% de famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa	% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos	% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos	% pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos	% pop. empregada com menos de 15h de trabalho semanal
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%	%	%	%

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	anual	anual
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	IEFP/MTSSS	IEFP/MTSSS
Designação	% pop. empregada com menos de 30h de trabalho semanal	% pop. empregada com menos de 35h de trabalho semanal	% pop. sem atividade económica em que o trabalho é o principal meio de vida (na pop. 15 ou mais anos sem activ. económica)	Taxa de desemprego	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional em % da população residente com 15 a 64 anos (IEFP 2011)	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional em % da população residente com 15 a 64 anos (IEFP 2017)
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2017
Unidade	%	%	%	taxa	taxa	taxa

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	anual	10 anos	anual	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	IEFP/MTSSS	INE - Censo 2001 e 2011	INE - IEFP	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	Taxa de variação dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional - dif. 2017 - 2011	taxa de desemprego nos censos - dif. 2011-2001	% desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	% Pop. 15-24 anos desempregada na população activa de 15-24 anos	% pop. 30-50 anos desempregada na pop. activa dos 30-50 anos	% pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. activa desta faixa etária
Ano	dif. 2017 - 2011	2011	2013	2011	2011	2011
Unidade	taxa	taxa	%	%	%	%



Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	anual	anual	10 anos
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	IEFP	IEFP	INE - Censo 2011
Designação	Taxa de desemprego feminina (Censo 2011)	% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população activa feminina de 25-64 anos	% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população activa feminina de 15-64 anos	N.º de residentes no concelho inscritos como desempregados no Centro de Emprego (mês de setembro)	N.º de residentes no concelho inscritos como desempregados no Centro de Emprego dif. 2018-2011 (variação homóloga do mês de setembro)	Taxa de desemprego masculina (Censo 2011)
Ano	2011	2011	2011	2018	2018	2011
Unidade	taxa	%	%	Nº	Nº	taxa

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador base	Indicador sec.
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% Homens 25-64 anos desempregados na população activa masculina de 25-64 anos	% Homens 15-64 anos desempregados na população activa masculina de 15-64 anos	% pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	% de pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	% núcleos familiares com filhos em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	% núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%	permilagem	%	%

Tipo	Indicador base	Indicador base	Indicador base
Periodicidade da recolha	10 anos	10 anos	10 anos
Capítulo	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO	MERCADO DE TRABALHO
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
Designação	% núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade	% pop. empregada nos grupos CNP 7,8,9 face ao total da pop. empregada	% pop. empregada no grupo CNP 9 (trabalhadores desqualificados) face ao total da pop. empregada
Ano	2011	2011	2011
Unidade	%	%	%





Rua do Instituto Industrial,
n.º 18, 3.º Dt.º
1200-225 Lisboa

Tel. 21 81 60 840
Fax 21 01 31 619
Tm. 96 72 54 588

iese@iese.pt

iese.pt